Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 6

Demonstração do Resultado 9

Demonstração do Resultado Abrangente 11

Demonstração do Fluxo de Caixa 12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 14

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 15

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 19

Balanço Patrimonial Passivo 20

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Resultado Abrangente 23

Demonstração do Fluxo de Caixa 24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 26

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 27

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 28

Demonstração do Valor Adicionado 29

Relatório da Administração 30

Notas Explicativas 36

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 143

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 147

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 149

Índice

Motivos de Reapresentação 151

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	91.773.827
Preferenciais	90.450.702
Total	182.224.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	4.381.824
Total	4.381.824

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2016	Ordinária		0,54800
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2016	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2016	Preferencial		0,54800
Reunião do Conselho de Administração	26/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	10/02/2017	Ordinária		0,53900
Reunião do Conselho de Administração	26/12/2016	Juros sobre Capital Próprio	10/02/2017	Preferencial		0,53900

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	25.669.523	23.963.377	20.734.470
1.01	Ativo Circulante	19.436.743	17.519.943	14.355.224
1.01.01	Disponibilidades	8.777	46.655	51.687
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.777.686	5.776.592	3.599.383
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	4.657.643	4.433.494	2.374.357
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	712.630	397.353	436.955
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	407.413	945.745	788.071
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.809.211	3.769.019	2.491.840
1.01.03.01	Carteira própria	4.747.274	3.103.643	2.266.632
1.01.03.02	Vinculados a compromisso de recompra	5.807	4.361	2.105
1.01.03.03	Vinculados a prestação de garantias	82.313	54.211	74.140
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	973.817	606.804	148.963
1.01.04	Relações Interfinanceiras	1.515	210	51.050
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	0	84	0
1.01.04.02	Repasses interfinanceiros	0	0	49.770
1.01.04.03	Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	1.515	126	1.280
1.01.06	Operações de Crédito	5.981.798	6.315.378	6.149.876
1.01.06.01	Setor público	66.477	63.142	61.589
1.01.06.02	Setor privado	6.080.097	6.413.158	6.204.892
1.01.06.03	Vinculadas às cessões	0	5.352	30.792
1.01.06.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-164.776	-166.274	-147.397
1.01.08	Outros Créditos	1.733.573	1.572.533	1.992.213
1.01.08.01	Carteira de câmbio	566.651	694.218	1.321.369
1.01.08.02	Rendas a receber	15.502	9.366	8.590
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	50.882	220.823	64.285
1.01.08.04	Creditos por avais e fianças honrados	30.328	23.746	5.318
1.01.08.05	Diversos	1.127.640	649.705	614.754
1.01.08.06	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-57.430	-25.325	-22.103
1.01.09	Outros Valores e Bens	124.183	39.556	19.175

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.01.09.01	Despesas antecipadas	10.280	2.774	4.856
1.01.09.02	Outros valores e bens	113.903	36.782	14.319
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.000.391	6.227.994	6.190.617
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	2.941	0
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	0	2.941	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.708.323	1.626.439	1.640.817
1.02.02.01	Carteira própria	1.036.333	705.334	583.247
1.02.02.02	Vinculados a prestação de garantias	637.505	668.100	664.841
1.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	34.485	253.005	392.729
1.02.05	Operações de Crédito	4.170.671	4.303.774	4.040.022
1.02.05.01	Setor público	0	36.000	0
1.02.05.02	Setor privado	4.321.264	4.356.506	4.090.088
1.02.05.03	Vinculadas às cessões	0	0	4.621
1.02.05.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-150.593	-88.732	-54.687
1.02.07	Outros Créditos	118.667	288.735	507.474
1.02.07.01	Carteira de câmbio	10.246	0	244.305
1.02.07.02	Rendas a receber	1.779	1.500	1.877
1.02.07.04	Diversos	164.094	345.747	265.249
1.02.07.05	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-57.452	-58.512	-3.957
1.02.08	Outros Valores e Bens	2.730	6.105	2.304
1.02.08.01	Despesas antecipadas	2.730	6.105	2.304
1.03	Ativo Permanente	232.389	215.440	188.629
1.03.01	Investimentos	185.351	171.185	158.111
1.03.01.02	Participações em Controladas	184.737	170.571	157.759
1.03.01.04	Outros Investimentos	614	614	352
1.03.02	Imobilizado de Uso	30.902	29.770	18.280
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	50.740	44.927	35.957
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-19.838	-15.157	-17.677
1.03.04	Intangível	16.136	14.485	12.238

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.03.04.01	Ativos intangíveis	37.462	31.255	25.326
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	-21.326	-16.770	-13.088

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	25.669.523	23.963.377	20.734.470
2.01	Passivo Circulante	15.379.163	14.917.993	13.015.456
2.01.01	Depósitos	4.790.963	4.298.289	4.231.140
2.01.01.01	Depósitos a vista	42.615	70.312	83.219
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	472.809	318.605	446.125
2.01.01.03	Depósitos a prazo	4.275.539	3.909.372	3.701.796
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	5.799	67.198	25.070
2.01.02.01	Carteira própria	5.799	4.351	2.098
2.01.02.02	Carteira de livre movimentação	0	62.847	22.972
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.289.646	3.416.371	3.619.095
2.01.03.01	Obrigações p/ títulos e valores mobiliários no exterior	0	138.218	0
2.01.03.02	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	3.272.218	3.276.873	3.618.695
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	17.428	1.280	400
2.01.04	Relações Interfinanceiras	127	0	0
2.01.05	Relações Interdependências	11.763	18.530	13.644
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	11.763	18.530	13.644
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	4.036.809	3.588.516	2.733.065
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	4.036.809	3.588.516	2.733.065
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	943.101	985.412	914.266
2.01.07.01	BNDES	482.552	588.882	507.420
2.01.07.02	FINAME	208.239	271.370	326.936
2.01.07.03	Outras instituições	252.310	125.160	79.910
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	606.361	667.628	133.802
2.01.09	Outras Obrigações	1.694.594	1.876.049	1.345.374
2.01.09.01	Carteira de câmbio	207.335	579.453	820.124
2.01.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	813.863	752.762	206.876
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	82.186	63.469	50.121
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	373.498	183.289	74.522
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	32.605	141.210	71.435

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.01.09.06	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.201	3.346	1.024
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	65.714	60.292	19.058
2.01.09.08	Diversas	116.192	92.228	102.214
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.363.068	6.506.151	5.503.548
2.02.01	Depósitos	549.392	296.942	563.694
2.02.01.01	Depósitos a prazo	543.844	296.347	557.740
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	5.548	595	5.954
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.868.196	1.640.821	1.672.426
2.02.03.01	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	2.868.094	1.640.821	1.455.305
2.02.03.02	Obrigações p/ títulos e valores mobiliários no exterior	0	0	217.121
2.02.03.03	Certificados de operações estruturadas	102	0	0
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	31	783.027	0
2.02.06.01	Empréstimos no exterior	31	783.027	0
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.161.748	1.214.562	1.315.601
2.02.07.01	BNDES	668.901	581.803	517.274
2.02.07.02	FINAME	475.301	614.809	786.349
2.02.07.03	Outras instituições	17.546	17.950	11.978
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	1.104.606	705.062	212.448
2.02.09	Outras Obrigações	1.679.095	1.865.737	1.739.379
2.02.09.01	Carteira de câmbio	10.246	0	265.560
2.02.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	90.560	70.045	28.731
2.02.09.03	Sociais e estatutárias	315	315	315
2.02.09.04	Fiscais e previdenciárias	26.721	62.833	134.380
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	1.499.012	1.627.433	1.232.860
2.02.09.06	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	19.808	24.429	67.106
2.02.09.07	Diversas	32.433	80.682	10.427
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	34.074	29.574	26.921
2.05	Patrimônio Líquido	2.893.218	2.509.659	2.188.545
2.05.01	Capital Social Realizado	2.121.765	1.980.139	1.191.586

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.05.01.01	De domiciliados no País	328.711	323.916	518.355
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	1.793.054	1.656.223	673.231
2.05.02	Reservas de Capital	32.422	27.013	20.939
2.05.04	Reservas de Lucro	738.789	513.465	979.668
2.05.04.01	Legal	142.532	122.204	103.658
2.05.04.02	Estatutária	642.307	444.583	921.178
2.05.04.02.01	Equalização de dividendos	587.307	389.583	866.178
2.05.04.02.02	Recompra de ações da própria cia	55.000	55.000	55.000
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-46.050	-53.322	-45.168
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-46.050	-53.322	-45.168
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	242	-10.958	-3.648
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	242	-10.958	-3.648

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.004.683	3.734.237	2.029.034
3.01.01	Operações de crédito	1.385.749	1.515.386	1.132.045
3.01.02	Resultado de oper. c/ tits. e vls. mob.	1.279.744	1.093.639	594.763
3.01.03	Resultado c/ instr. financ. derivativos	-699.929	1.149.716	192.671
3.01.04	Resultado de opers. de câmbio	32.536	-34.350	79.900
3.01.06	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.583	9.846	29.655
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.000.270	-3.667.285	-1.577.650
3.02.01	Operações de captação no mercado	-1.139.900	-1.611.014	-1.012.112
3.02.02	Operações de emprest. e repasses	348.457	-1.834.267	-469.375
3.02.03	Prov p/ cred liq duvidosa	-209.701	-218.593	-94.800
3.02.04	Prov p/ cred liq duvidosa vc sobre cambio	1.082	-107	-537
3.02.05	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-208	-3.304	-826
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	1.004.413	66.952	451.384
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-287.132	204.613	-23.872
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	256.563	199.086	177.038
3.04.02	Despesas de Pessoal	-191.614	-174.540	-151.732
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-104.387	-93.543	-86.661
3.04.04	Despesas Tributárias	-58.061	-37.097	-39.574
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	19.178	339.275	87.872
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-222.977	-41.380	-21.881
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	14.166	12.812	11.066
3.05	Resultado Operacional	717.281	271.565	427.512
3.06	Resultado Não Operacional	-12.235	-6.230	-2.259
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	705.046	265.335	425.253
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-191.057	206.773	-23.577
3.08.01	Provisão p/ imposto de renda	-68.154	-21.731	-15.663
3.08.02	Provisão p/ contribuição social	-78.065	-53.409	-22.418
3.08.03	Ativo fiscal diferido	-44.838	281.913	14.504
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-107.432	-101.197	-91.029

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.10.01	Participações	-107.432	-101.197	-91.029
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	406.557	370.911	310.647
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	2,28605	2,32162	2,06390

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	406.557	370.911	310.647
4.02	Outros Resultados Abrangentes	11.200	-7.310	1.194
4.03	Resultado Abrangente do Período	417.757	363.601	311.841

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.166.947	-120.939	-1.971.854
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	660.365	619.693	418.770
6.01.01.01	Lucro líquido	406.557	370.911	310.647
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	9.424	8.604	6.210
6.01.01.03	Resultado de participações em controladas	-14.166	-12.812	-11.066
6.01.01.04	Resultado na alienação de bens não de uso	2.387	6.346	1.095
6.01.01.05	Provisão para desvalorização de bens não de uso	9.956	-2.437	1.175
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	208.619	218.700	95.337
6.01.01.07	Provisão para passivos contingentes	26.393	35.377	16.386
6.01.01.09	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	11.200	-7.310	-1.014
6.01.01.10	Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	-5	2.314	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.827.312	-740.632	-2.390.624
6.01.02.01	Aplicações interfinanc. de liquidez	-557.926	-140.416	99.719
6.01.02.02	TVM e instr. financ. deriv-ativo/passivo	-2.040.460	-675.601	-1.229.991
6.01.02.03	Operações de créditos	258.064	-647.954	-1.311.625
6.01.02.04	Outros creditos e valores e bens	-7.439	630.504	114.395
6.01.02.05	Relações interfinanceiras-ativo/passivo	-1.178	50.840	11.498
6.01.02.06	Relações interdependencias	-6.767	4.886	-13.900
6.01.02.07	Outras obrigações	-476.106	34.456	-57.632
6.01.02.08	Resultado de exerc. futuros	4.500	2.653	-3.088
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-83.921	-38.751	2.531
6.02.01	Alienação de bens não de uso próprio	38.917	21.869	16.292
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso e intangível	8	2.618	391
6.02.04	Aquisição de bens não de uso próprio	-116.040	-44.359	-7.559
6.02.05	Aquisição de investimentos	0	-262	0
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso e intangivel	-12.215	-24.959	-15.793
6.02.10	Constituição de reserva - Remuneração da administração	5.409	6.342	9.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.653.217	2.194.392	3.141.361
6.03.01	Depósitos	745.124	-199.603	1.232.302

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03.02	Captações no mercado aberto	-61.399	42.128	-87.426
6.03.03	Obrigações p/ emprest. e repasses	-91.551	2.635.025	491.998
6.03.04	Recursos de aceites e emissão de tits.	1.100.650	-234.329	1.536.801
6.03.05	Ações em tesouraria	7.272	-8.154	-12.092
6.03.06	Juros s/ o capital próprio	-188.505	-136.018	-97.888
6.03.07	Aumento de capital	141.626	95.343	77.666
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-597.651	2.034.702	1.172.038
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.966.820	2.932.118	1.760.080
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.369.169	4.966.820	2.932.118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659
5.03	Saldo Ajustado	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	406.557	0	406.557
5.05	Destinações	0	0	0	0	-188.505	0	-188.505
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-188.505	0	-188.505
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	11.200	11.200
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	141.626	0	0	0	0	0	141.626
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	5.409	0	218.052	-218.052	0	5.409
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	5.409	0	0	0	0	5.409
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	20.328	-20.328	0	0
5.09.03	Constituição de reserva - Equalização de dividendos	0	0	0	197.724	-197.724	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	7.272	0	0	7.272
5.13	Saldo Final	2.121.765	32.422	0	738.789	0	242	2.893.218

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545
5.03	Saldo Ajustado	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	370.911	0	370.911
5.05	Destinações	693.210	-268	0	-692.942	-136.018	0	-136.018
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-136.018	0	-136.018
5.05.03	Outras Destinações	693.210	-268	0	-692.942	0	0	0
5.05.03.01	Capitalização de reservas	693.210	-268	0	-692.942	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-7.310	-7.310
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-7.310	-7.310
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	95.343	0	0	0	0	0	95.343
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	6.342	0	234.893	-234.893	0	6.342
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	6.342	0	0	0	0	6.342
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	18.546	-18.546	0	0
5.09.03	Constituição de reservas - Equalização de dividendos	0	0	0	216.347	-216.347	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-8.154	0	0	-8.154
5.13	Saldo Final	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.113.920	11.739	0	779.001	0	-2.634	1.902.026
5.03	Saldo Ajustado	1.113.920	11.739	0	779.001	0	-2.634	1.902.026
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	310.647	0	310.647
5.05	Destinações	0	0	0	197.227	-295.115	0	-97.888
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-97.888	0	-97.888
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	197.227	-197.227	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.014	-1.014
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.014	-1.014
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	77.666	0	0	0	0	0	77.666
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	9.200	0	15.532	-15.532	0	9.200
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	9.200	0	0	0	0	9.200
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	15.532	-15.532	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-12.092	0	0	-12.092
5.13	Saldo Final	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	2.071.805	4.053.898	2.198.607
7.01.01	Intermediação Financeira	2.004.683	3.734.237	2.029.034
7.01.02	Prestação de Serviços	256.563	199.086	177.038
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-208.619	-218.700	-95.337
7.01.04	Outras	19.178	339.275	87.872
7.01.04.01	Outras receitas operacionais	19.178	339.275	87.872
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-791.651	-3.448.585	-1.482.313
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-318.479	-123.817	-94.415
7.03.02	Serviços de Terceiros	-7.639	-6.709	-5.737
7.03.04	Outros	-310.840	-117.108	-88.678
7.03.04.01	Outras despesas administrativas	-23.475	-19.261	-19.263
7.03.04.02	Outras despesas operacionais	-275.130	-91.617	-67.156
7.03.04.03	Despesas não operacionais	-12.235	-6.230	-2.259
7.04	Valor Adicionado Bruto	961.675	481.496	621.879
7.05	Retenções	-9.424	-8.604	-6.210
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.424	-8.604	-6.210
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	952.251	472.892	615.669
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.166	12.812	11.066
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.166	12.812	11.066
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	966.417	485.704	626.735
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	966.417	485.704	626.735
7.09.01	Pessoal	259.172	244.494	215.460
7.09.01.01	Remuneração Direta	118.403	111.948	97.157
7.09.01.02	Benefícios	23.303	22.351	19.136
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.034	8.998	8.138
7.09.01.04	Outros	107.432	101.197	91.029
7.09.01.04.01	Participações nos lucros	107.432	101.197	91.029
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	288.992	-138.433	90.452
7.09.02.01	Federais	280.949	-143.284	85.645

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.09.02.02	Estaduais	47	65	594
7.09.02.03	Municipais	7.996	4.786	4.213
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.696	8.732	10.176
7.09.03.01	Aluguéis	11.696	8.732	10.176
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	406.557	370.911	310.647
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	188.505	136.018	97.888
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	218.052	234.893	212.759

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	25.485.680	23.739.064	19.652.604
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.292	46.781	52.967
1.02	Aplicações Financeiras	11.557.681	10.182.383	6.657.924
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	10.767.642	9.323.521	6.083.136
1.02.01.01	Títulos para Negociação	2.697.553	1.551.087	1.286.038
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.484.761	1.237.934	1.028.812
1.02.01.04	Derivativos	1.005.509	755.913	181.079
1.02.01.05	Operações compromissadas	4.657.643	4.433.494	2.374.358
1.02.01.06	Depósitos em bancos privados	922.176	1.345.093	1.212.849
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	790.039	858.862	574.788
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	790.039	858.862	574.788
1.03	Empréstimos e Recebíveis	13.331.329	12.389.691	12.227.314
1.05	Outros Ativos	539.340	1.075.954	683.881
1.05.03	Outros	539.340	1.075.954	683.881
1.05.03.01	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	2.793	218.849	360.613
1.05.03.02	Outros ativos	536.547	857.105	323.268
1.07	Imobilizado	47.038	44.255	30.518

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	25.485.680	23.739.064	19.652.604
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	825.531	936.477	235.607
2.01.01	Derivativos	825.531	936.477	235.607
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.297.854	1.721.681	892.703
2.02.01	Dívida subordinada	955.427	1.170.455	892.703
2.02.02	Captações - Repasses no exterior	342.427	551.226	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	19.654.966	17.671.796	15.860.133
2.03.01	Valor a pagar a bancos	11.963.347	11.103.277	9.266.883
2.03.02	Clientes	7.062.512	6.026.820	6.166.929
2.03.03	Dívida subordinada	629.107	541.699	426.321
2.06	Outros Passivos	713.208	775.137	379.392
2.06.02	Tributário	372.905	234.786	128.970
2.06.03	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	78.892	11.291	0
2.06.04	Outros	261.411	529.060	250.422
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	2.994.121	2.633.973	2.284.769
2.08.01	Capital Social Realizado	2.121.765	1.980.139	1.191.586
2.08.02	Reservas de Capital	-13.628	-26.309	-24.229
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-46.050	-53.322	-45.168
2.08.02.06	Reserva de capital	32.422	27.013	20.939
2.08.04	Reservas de Lucros	870.185	666.974	1.107.377
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	15.799	13.169	10.035

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.010.847	2.240.732	1.719.951
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.644.647	-1.311.547	-1.477.428
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	366.200	929.185	242.523
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	213.399	-711.196	127.542
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	256.563	199.086	177.038
3.04.02	Despesas de Pessoal	-299.410	-275.888	-242.913
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-104.191	-93.126	-85.800
3.04.03.01	Promoção de negócios	-4.528	-3.833	-7.767
3.04.03.02	Viagens	-8.659	-8.917	-7.876
3.04.03.03	Comunicações	-3.201	-3.393	-2.894
3.04.03.04	Instalações	-17.541	-15.286	-14.668
3.04.03.05	Depreciação e amortização	-9.424	-8.604	-6.210
3.04.03.06	Outras despesas	-60.838	-53.093	-46.385
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	767.491	-251.411	392.987
3.04.05.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	122.306	1.027.260	310.760
3.04.05.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	645.185	-1.278.671	82.227
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-407.054	-289.857	-113.770
3.04.06.01	Perdas de crédito (líquidas de recuperações)	-258.447	-218.650	-74.705
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	-148.607	-71.207	-39.065
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	579.599	217.989	370.065
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-187.883	170.568	-41.686
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	391.716	388.557	328.379
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	391.716	388.557	328.379
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	391.716	388.557	328.379
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,31000	2,50000	2,23000
3.99.01.02	PN	2,31000	2,50000	2,23000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.99.02.01	ON	2,28000	2,47000	2,20000
3.99.02.02	PN	2,28000	2,47000	2,20000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	391.716	388.557	328.379
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.630	3.134	5.666
4.02.01	Ativos Disponíveis Para Venda - Ajuste Ao Valor De Mercado	7.504	-8.083	1.828
4.02.02	Variação Cambial Sobre Investimentos No Exterior	-4.874	11.217	3.838
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	394.346	391.691	334.045
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	394.346	391.691	334.045

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.319.389	10.116	-2.216.975
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	739.092	645.905	423.022
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	391.716	388.557	328.379
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	9.424	8.604	6.210
6.01.01.03	Perdas de crédito	273.212	223.976	88.020
6.01.01.04	Ajuste a mercado de intrumentos financeiros - Disponíveis para venda	7.503	-8.083	1.828
6.01.01.05	Variação cambial sobre investimentos no exterior	-4.873	11.217	3.838
6.01.01.06	Provisão para passivos contingentes	62.110	21.634	-5.253
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.058.481	-635.789	-2.639.997
6.01.02.01	Reserva no Banco Central do Brasil	-1.389	1.154	1.822
6.01.02.02	Operações compromissadas	-762.481	-1.901.462	-2.286.324
6.01.02.03	Depósitos em bancos privados	401.475	1.749.817	2.373.325
6.01.02.04	Instrumentos financeiros - Mantidos para negociação	-1.146.466	-265.049	-831.382
6.01.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	-76.885	279.091	-52.654
6.01.02.06	Instrumentos financeiros - Disponíveis para venda	-246.827	-209.122	59.530
6.01.02.07	Instrumentos financeiros - Mantidos até o vencimento	68.823	-284.074	-87.948
6.01.02.08	Empréstimos e adiantamentos a clientes	-1.214.850	-386.353	-1.876.519
6.01.02.09	Outros ativos	320.558	-533.837	-22.395
6.01.02.10	Passivos tributários	138.119	105.816	-12.663
6.01.02.11	Captações - Repasses no exterior	-208.799	551.226	0
6.01.02.12	Outros passivos	-329.759	257.004	95.211
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.798	-15.999	-6.202
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-12.215	-24.959	-15.793
6.02.02	Alienação de imobilizado e intengível	8	2.618	391
6.02.03	Constituição de reserva	5.409	6.342	9.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.728.535	2.040.586	3.395.215
6.03.01	Valores a pagar a bancos	860.070	1.836.394	2.475.667
6.03.02	Valores a pagar a clientes	1.035.692	-140.109	683.822
6.03.03	Ações em tesouraria	7.272	-8.154	-12.092

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-188.505	-136.018	-97.888
6.03.05	Aumento de capital	141.626	95.343	77.666
6.03.06	Dívidas subordinadas	-127.620	393.130	268.040
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-597.652	2.034.703	1.172.038
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.966.821	2.932.118	1.760.080
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.369.169	4.966.821	2.932.118

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	141.626	7.272	0	-188.505	0	-39.607	0	-39.607
5.04.01	Aumentos de Capital	141.626	0	0	0	0	141.626	0	141.626
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	7.272	0	0	0	7.272	0	7.272
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-188.505	0	-188.505	0	-188.505
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	391.716	2.630	394.346	0	394.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	391.716	0	391.716	0	391.716
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.630	2.630	0	2.630
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	7.504	7.504	0	7.504
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-4.874	-4.874	0	-4.874
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.409	203.211	-203.211	0	5.409	0	5.409
5.06.01	Constituição de Reservas	0	5.409	203.211	-203.211	0	5.409	0	5.409
5.07	Saldos Finais	2.121.765	-13.628	870.185	0	15.799	2.994.121	0	2.994.121

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	95.343	-8.154	0	-136.018	0	-48.829	0	-48.829
5.04.01	Aumentos de Capital	95.343	0	0	0	0	95.343	0	95.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8.154	0	0	0	-8.154	0	-8.154
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.018	0	-136.018	0	-136.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	388.557	3.134	391.691	0	391.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	388.557	0	388.557	0	388.557
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.134	3.134	0	3.134
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.083	-8.083	0	-8.083
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	11.217	11.217	0	11.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	693.210	6.074	-440.403	-252.539	0	6.342	0	6.342
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.342	252.539	-252.539	0	6.342	0	6.342
5.06.04	Capitalização de Reservas	693.210	-268	-692.942	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.113.920	-21.337	876.886	0	4.369	1.973.838	0	1.973.838
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.113.920	-21.337	876.886	0	4.369	1.973.838	0	1.973.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	77.666	-12.092	0	-97.888	0	-32.314	0	-32.314
5.04.01	Aumentos de Capital	77.666	0	0	0	0	77.666	0	77.666
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-12.092	0	0	0	-12.092	0	-12.092
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-97.888	0	-97.888	0	-97.888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	328.379	5.666	334.045	0	334.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	328.379	0	328.379	0	328.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.666	5.666	0	5.666
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.828	1.828	0	1.828
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.838	3.838	0	3.838
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9.200	230.491	-230.491	0	9.200	0	9.200
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9.200	230.491	-230.491	0	9.200	0	9.200
5.07	Saldos Finais	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	938.187	531.676	646.936
7.01.01	Intermediação Financeira	366.200	698.390	189.488
7.01.02	Prestação de Serviços	256.563	199.086	177.038
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-258.447	-218.650	-74.705
7.01.04	Outras	573.871	-147.150	355.115
7.01.04.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	122.306	1.258.055	363.795
7.01.04.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	645.185	-1.278.671	82.227
7.01.04.03	Outras despesas administrativas	-43.353	-55.327	-85.800
7.01.04.04	Outras despesas operacionais	-150.267	-71.207	-5.107
7.04	Valor Adicionado Bruto	938.187	531.676	646.936
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	938.187	531.676	646.936
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	938.187	531.676	646.936
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	938.187	531.676	646.936
7.09.01	Pessoal	259.490	244.594	215.565
7.09.01.01	Remuneração Direta	120.280	114.022	98.658
7.09.01.02	Benefícios	21.730	20.362	17.727
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.048	9.013	8.151
7.09.01.04	Outros	107.432	101.197	91.029
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	286.981	-101.475	102.992
7.09.02.01	Federais	278.931	-106.331	98.179
7.09.02.02	Estaduais	46	64	594
7.09.02.03	Municipais	8.004	4.792	4.219
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	391.716	388.557	328.379
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	188.505	136.018	97.888
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	203.211	252.539	230.491

Relatório da Administração

Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda *expertise* na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2016: Bank ABC 59,58%; Mercado: 31,77%; Administradores e Conselheiros: 6,25%; e Ações em Tesouraria: 2,40%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R$ 406,6 milhões no ano de 2016 (R$ 370,9 milhões no ano de 2015), representando uma rentabilidade sobre o patrimônio médio de 15,0% no ano (15,8% em 2015).

O aumento do resultado do banco em relação ao ano anterior reflete, principalmente, o aumento das receitas com margem financeira e com prestação de serviços, menor despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa, em contrapartida ao aumento das despesas de pessoal e outras administrativas.

Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R$ 188,5 milhões, o que representa um valor bruto de R$ 1,06 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro e segundo semestres de 2016. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 26 b/c).

Relatório da Administração

Carteira de Crédito

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R$ 20.887,3 milhões ao final de 2016 (R$ 20.025,3 milhões ao final de 2015). Em relação à qualidade da carteira, 94,1% das operações com empréstimos e 98,8% das operações com garantias prestadas estavam classificadas entre AA e C ao final de dezembro de 2016, de acordo com a Resolução 2.682 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, o índice foi de 96,2%. O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 3,69% do total da carteira de empréstimos ao final de 2016 (2,95% ao final de 2015).

IN CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R$ 790,0 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Relatório da Administração

Gestão de risco

1- Risco corporativo

Para o Banco ABC Brasil a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções nºs 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 4.090/12 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, mantém estruturas específicas que regem as atividades de gestão de risco operacional, de mercado, de crédito, de liquidez e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e às Circulares nºs 3.678/13 e 3.748/15 e do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrasil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de risco > Estrutura de gestão de risco – Banco ABC Brasil.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira possível, e informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Apesar de ser responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito.

A estrutura de governança do Banco ABC Brasil considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, suportados por colegiados internos, o Comitê de Risco do Conselho e Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e *Compliance*.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite à risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

Relatório da Administração

2- Risco operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da área jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional e *Compliance* (CROC) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, *Compliance*, segurança da informação e controles internos.

3- Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

Relatório da Administração

4- Risco de crédito

A gestão de risco de crédito abrange as atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isso inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplemento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área também monitora as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

Antes de tudo, porém, os riscos de crédito são de responsabilidade primária das áreas e pessoas que mantêm o relacionamento comercial com o cliente.

5- Responsabilidade Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento desses riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Participam do processo também as áreas de Gestão de Riscos e de Controladoria, que contribuem com informações, subsídios e avaliações complementares. Em atendimento à Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrasil.com.br > Relações com Investidores > Serviços RI > Fatores de Risco > Estrutura de gestão de capital – Banco ABC Brasil.

Relatório da Administração

7- Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8- Risco de conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de *Compliance* busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando coibir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846 de Anticorrupção. A área de *Compliance* também é composta pela área de Segurança da Informação que é responsável por definir as políticas e estratégias de Segurança da Informação e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2017.

A Administração

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 28 de março de 2017.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas.

Declaração de *Compliance*

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banco publicou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) “BRGAAP” em 09 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

A reconciliação entre os saldos apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN “BRGAAP” e as normas internacionais de contabilidade “IFRS”, do Patrimônio Líquido e dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são demonstradas a seguir:

		2016	2015
Patrimônio líquido em BRGAAP		**2.893.218**	**2.509.659**
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	89.220	89.464
Obrigações legais (ISS)	(c)	-	24.181
Provisões sobre fianças		13.142	8.434
Outros ajustes		(1.459)	2.235
Patrimônio líquido em IFRS		**2.994.121**	**2.633.973**
Lucro líquido em BRGAAP		**406.557**	**370.911**
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	(244)	24.515
Variação cambial sobre investimento no exterior	(b)	4.874	(11.217)
Obrigações legais (ISS)	(c)	(24.180)	2.770
Provisões sobre fianças		4.709	1.578
Lucro líquido em IFRS		**391.716**	**388.557**

a) *Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes*

Segundo os procedimentos requeridos pelo IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito e fiança com base na avaliação individual das operações considerando as garantias e as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

b) *Variação cambial sobre investimento no exterior*

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

Notas Explicativas

c) *Obrigações legais (ISS)*

Em dezembro de 2015, tratava-se de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade era objeto de contestação judicial.

Em junho de 2016 houve uma decisão desfavorável ao Banco ABC Brasil e foi registrada provisão devida a alteração de classificação do risco de perda possível para provável.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras aplicados de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS, foram aplicados em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2016, corresponde a aproximadamente 100%.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. A valorização dos instrumentos financeiros está apresentada em mais detalhes na Nota 8.

Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão. A perda com a redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos é divulgada em mais detalhes na Nota 9.

Redução ao valor recuperável de investimentos disponíveis para venda

O Banco revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e adiantamentos. O Banco também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação de que é considerada “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Banco avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Banco não possuía investimentos patrimoniais.

Notas Explicativas

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis

Todas as Normas Internacionais e Interpretações emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB que entraram em vigor até a data de elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, foram observadas pelo Banco na elaboração das referidas Demonstrações Financeiras. As novas interpretações ou revisões do IFRS emitidas, mas cuja entrada em vigor ocorrerá após a data destas Demonstrações Financeiras, não foram contempladas pelo Banco que entende que tais mudanças não produzirão efeitos significativos nas referidas Demonstrações financeiras como um todo.

Pronunciamentos aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

- Alteração - IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras

  As alterações são relativas aos conceitos de materialidade, ordem das notas explicativas, subtotais, políticas contábeis. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016.

- Alteração - IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos intangíveis

  A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016.

  Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo (2012 - 2014) foram revisadas a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 - Benefícios aos Empregados e a IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. As alterações não produziram impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

Outras Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

  O Pronunciamento introduz novos requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. As principais mudanças introduzidas pelo IFRS 9 em relação aos requerimentos do IAS 39 são sumarizadas abaixo:

  - Todos os ativos financeiros que estão atualmente no escopo do IAS39 serão classificados ou como “custo amortizado” ou “valor justo”. As categorias “disponível para venda” e “mantido até o vencimento” não mais existirão.

  - A classificação é baseada no modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias (custo amortizado ou valor justo) são proibidas a menos que haja uma mudança no modelo de negócios da entidade.

  - Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se dois critérios são satisfeitos: i) o objetivo do modelo de negócios seja manter o ativo financeiro até o vencimento; e ii) o fluxo de caixa contratual do instrumento seja unicamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo devedor. Todos os outros ativos financeiros são mensurados ao valor justo. Movimentos no valor justo dos ativos financeiros classificados ao valor justo são reconhecidos no resultado, exceto investimentos em ações os quais são reconhecidos como outros resultados abrangentes, sendo levados a resultado somente por ocasião de sua realização.

  - É permitido a uma entidade designar um ativo financeiro que atenda as condições para “custo amortizado” a valor justo contra resultado se ao fazer isto reduza significativamente um descasamento contábil. Esta designação deve ser feita no reconhecimento inicial e é irrevogável.

  A mudança é aplicável para os períodos iniciados em 1º de janeiro de 2018, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes:

  O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(I) *Data de reconhecimento*

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(II) *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

(III) *Derivativos registrados a valor justo por meio do resultado*

O Banco usa derivativo, como *swaps* e futuros de taxa de juros, *swap* de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros, moedas estrangeiras e ações. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. “As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em ‘resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a opção de conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são diretamente relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(IV) *Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação*

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receita e despesas de juros, apuradas conforme os termos do contrato ou quando o direito de pagamento for estabelecido, são reconhecidas em “resultado líquido de ativos e passivos financeiros”.

(V) *Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, durante o reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados, e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo são registrados em “Resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Os juros auferidos ou incorridos são apropriados em ‘receita de juros’ ou ‘despesa de juros’, respectivamente, utilizando a taxa de juros efetiva. A receita de dividendos é reconhecida como ‘outras receitas operacionais’ quando o direito ao pagamento é estabelecido.

(VI) *Lucro ou Prejuízo ‘Dia 1’*

Quando o valor da transação é diferente do valor justo de outras transações observáveis no mercado ativo com o mesmo instrumento ou baseado em uma técnica de valorização cujas variáveis incluem apenas dados observáveis de mercado, o Banco imediatamente reconhece a diferença entre o valor da transação e o valor justo (lucro ou prejuízo ‘Dia 1’) em ‘resultado líquido de ativos e passivos financeiros’. Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados não observáveis de mercado, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo é somente reconhecida na demonstração do resultado quando as variáveis possam ser observáveis, ou quando o instrumento for baixado.

(VII) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Depois da mensuração inicial, instrumentos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em “outros resultados abrangentes” líquido de imposto de renda e contribuição social.

Quando o investimento é liquidado, o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido no patrimônio líquido é reconhecido na demonstração de resultado em “resultados líquidos de ativos financeiros”. Quando o Banco mantém mais de um investimento do mesmo tipo, eles são considerados como se fossem baixados utilizando o conceito de “custo médio de compra”. As variações no valor justo são reconhecidas em “resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Receita ou despesa de juros são registradas em ‘”receitas e despesas de juros” respectivamente conforme os termos do contrato, ou quando o direito ao pagamento for estabelecido. Dividendos auferidos enquanto mantido como um investimento financeiro disponível para venda são reconhecidos na demonstração do resultado como ‘outras receitas operacionais’ quando o direito ao recebimento for estabelecido.

As perdas com redução valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado em “em resultados líquidos de ativos e passivos financeiros” e baixadas das ‘reservas ajustes de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda’.

Notas Explicativas

(VIII) *Valores a receber de bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes*

Os valores a receber de bancos e os empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, os montantes em valores a receber de bancos e empréstimos e adiantamentos para clientes estão subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando a taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição de montantes relevantes e outras taxas e custos que são partes integrais da taxa de juros efetiva. A amortização é incluída em 'receita de juros' na demonstração do resultado. As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em 'perdas de crédito'.

O Banco não possui operações de empréstimos e adiantamentos, com intenção de venda.

(IX) *Captações*

As captações são mensuradas ao custo amortizado utilizando a taxa de juros efetiva, exceto as captações objeto de *hedge accounting* (Nota 12) que são apresentadas pelo valor justo. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que constituem parte integral da taxa de juros efetiva.

(X) *Dívida Subordinada*

São representados pelo valor justo, por meio de resultado sendo tal instrumento financeiro objeto de *hedge* conforme demonstrado na Nota 8. Veja os critérios de *hedge accounting* aplicados descritos nas Notas 3g, 8b e 13.

c) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

(I) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse, e se:
- O Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Notas Explicativas

(II) *Passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida.

d) Operações compromissadas

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em 'garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas', refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo do Banco. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em 'receita de juros' e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a taxa de juros efetiva. Se títulos adquiridos com acordo de revenda são subsequentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada como uma venda a descoberto incluída em passivos financeiros mantidos para negociação' e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em 'receita (despesa) líquida de negociação' de valorização de opções, modelos de crédito e outros modelos de valorização conhecidos.

e) Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Notas Explicativas

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando métodos de valorização apropriados que incluem: o método de fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelos de certos instrumentos financeiros são registrados ao valor justo utilizando métodos de valorização nos quais transações do mercado atual ou dados observáveis do mercado não estão disponíveis. Para esses instrumentos financeiros o valor justo é determinado utilizando um método de valorização que foi testado contra preços ou dados de transações do mercado atual e usando as melhores estimativas do modelo mais apropriado do Banco. Modelos são ajustados para refletir a variação dos preços de compra e venda, para refletir custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e liquidez e das limitações dos modelos. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia regularmente nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está abaixo do valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado abaixo do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ('um evento de perda' incorrido). O evento de perda deve impactar o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade que o mesmo irá entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando dados observáveis indicam que há uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica que possam ser razoavelmente estimados.

(I) *Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado*

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (como montantes de valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes), o Banco avalia individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (exceto perdas futuras esperadas com crédito que ainda não foram incorridas).

Notas Explicativas

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para o Banco. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a *redução ao valor recuperável* foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado a 'Perdas de crédito'.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

Vide Nota 9 para detalhes de perdas com redução ao valor recuperável em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado e para uma análise da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos por classe.

(II) *Investimentos financeiros disponíveis para venda*

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, o Banco avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado para redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado. Receita de juros futura é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida aumenta e o aumento pode ser objetivamente relacionado com um evento de crédito que ocorreu depois que a perda com redução ao valor recuperável foi reconhecida no resultado, a perda com redução ao valor recuperável é revertida através do próprio resultado.

Notas Explicativas

(III) *Empréstimos renegociados*

Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Uma vez que os termos são renegociados, qualquer *redução ao valor recuperável* é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação dos termos do empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a serem sujeitos à avaliação individual de *redução ao valor recuperável*, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

g) *Hedge accounting*

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposição a riscos de taxas de juros, variação cambial e crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo através de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo e estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

Também no início do relacionamento de *hedge*, uma avaliação formal é efetuada para garantir que o instrumento de *hedge* é altamente efetivo em anular o risco designado na relação de *hedge*. *Hedge*s são formalmente avaliados mensalmente.

Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo “hedgiado” durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

(I) *Hedge de valor justo*

Para os *hedge*s de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado em ‘receita líquida de negociação’. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é “hedgiado” é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado em ‘receita líquida de negociação’. (veja Nota 8)

Notas Explicativas

Se o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de *hedge* não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de *hedge* é terminada. Para os itens objeto de *hedges registrados* a custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do item objeto de *hedge* ao término e o valor nocional é amortizado ao longo do prazo remanescente do *hedge* original utilizando a taxa efetiva. Se o item objeto de *hedge* é vendido, o ajuste ao valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

h) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esse não é geralmente o caso em contratos *master* de *netting*, para os quais os ativos e passivos relacionados são apresentados segregados no balanço patrimonial.

i) Reconhecimento de receita e despesa

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(I) *Receita e despesa de juros*

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa de juros são registrados utilizando a taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros pela vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como 'Outras receitas operacionais'. Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro como resultado do aumento da probabilidade de recuperação dos recebimentos de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Notas Explicativas

Uma vez que o valor registrado de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros semelhantes são baixados devido à perda com redução ao valor recuperável, a receita de juros continua a ser reconhecida utilizando a taxa de juros.

(II) *Receita de taxas e comissões*

O Banco aufere receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

Receita com comissões e taxas auferidas de serviços prestados

Comissões e taxas auferidas com a prestação de serviços são lançadas no resultado na data da prestação dos serviços. Quando tais comissões e taxas guardam relação com o prazo das operações, as receitas são reconhecidas pelos prazos das operações correspondentes.

Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com *performance* específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa como referidos nas demonstrações de fluxo de caixa incluem caixa disponível em mãos, contas correntes sem restrições com bancos e valores a receber de bancos disponíveis ou com vencimento original inferior a 90 dias.

k) Imobilizado

O imobilizado é contabilizado a custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

Notas Explicativas

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes:

- Imóveis 25 a 40 anos;
- *Hardware* de computadores 2 anos; e
- Outros móveis e equipamentos 2 a 4 anos.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

l) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis do Banco incluem basicamente o valor de *software* de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que seja a ele atribuído serão transferidos para o Banco.

m) Garantias financeiras

No curso ordinário dos negócios, o Banco concede garantias financeiras, por meio de garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras como compromissos em contas de compensação. Qualquer aumento em passivo associado com garantias financeiras é registrado no resultado em 'perdas de crédito'. O prêmio recebido é reconhecido no resultado em 'receita líquida de taxas e comissões' utilizando o método linear com base no termo de duração da garantia.

n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como o resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas Explicativas

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

o) Impostos

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Em 22 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675, convertida na lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a partir de 1º de setembro de 2015.

p) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

q) Dividendos (Juros sobre o capital próprio - JCP) de ações ordinárias e preferenciais

Dividendos (Juros sobre capital próprio - JCP) de ações ordinárias e preferenciais são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos e JCP em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitas à decisão futura do Banco.

r) Lucro por ação - Básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24 e).

O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

Notas Explicativas

4. Informações por segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais baseados em unidades de negócios e suas atividades como segue:

a) Atividade Comercial - Principalmente gerenciando empréstimos e outras operações de crédito e serviços de depósito e conta corrente para clientes corporativos e institucionais de grande e de médio porte, além de promoção de operações de mercado de capitais e outros serviços bancários.

b) Corporação e Tesouraria - Compreendem os resultados financeiros relativos aos custos de capital próprio, atribuídos às atividades comerciais além dos resultados financeiros de atividades típicas de Tesouraria como gestão de *gaps* de moedas, taxas, e demais fatores de riscos de oportunidades de arbitragens nos mercados externos e internos e resultados obtidos na administração de posições proprietárias. Concentra-se também os demais custos e os resultados corporativos como provisões para contingências e custos indiretos das atividades, redistribuindo tais custos para a área comercial.

A Administração gerencia os resultados operacionais das suas unidades de negócio separadamente para fins de tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* do segmento é avaliada com base no lucro ou prejuízo da operação, que considera, dentre outros critérios, ajustes do custo atribuído do capital próprio. O segmento comercial absorve gerencialmente o imposto sobre os resultados à alíquota de 45%, sendo a diferença em relação ao imposto total alocada ao segmento de corporação e tesouraria.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 2016 e 2015.

Na apuração dos resultados por segmento, são efetuadas reclassificações gerenciais de despesas e custos para efeito de acompanhamento de operações que podem representar diferenças de classificação nas linhas de resultados quando comparadas com as demonstrações financeiras elaboradas com base nos critérios em IFRS.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta informação sobre os resultados gerenciais relacionados aos segmentos do Banco:

	2016		
	Atividade Comercial	**Corporação e Tesouraria**	**Total**
Resultado operacional	695.524	546.123	1.241.647
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	(190.647)	(67.800)	(258.447)
Total do resultado operacional após provisões	**504.877**	**478.323**	**983.200**
Despesas de pessoal	(152.746)	(146.664)	(299.410)
Instalações, depreciações e amortizações	(4.398)	(22.567)	(26.965)
Outras despesas	(25.915)	(56.185)	(82.100)
Despesas alocadas	(136.873)	136.873	-
Total das despesas operacionais	**(319.932)**	**(88.543)**	**(408.475)**
Resultados antes dos impostos sobre o lucro	**184.945**	**389.780**	**574.725**
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(41.354)	(146.529)	(187.883)
Lucro do exercício antes da variação contábil sobre investimento no exterior	**143.591**	**243.251**	**386.842**
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior - Líquida de impostos)			**4.874**
Lucro líquido do exercício			**391.716**

	2015		
	Atividade Comercial	**Corporação e Tesouraria**	**Total**
Resultado operacional	677.863	127.790	805.653
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	(180.721)	(37.929)	(218.650)
Total do resultado operacional após provisões	**497.142**	**89.861**	**587.003**
Despesas de pessoal	(140.746)	(135.142)	(275.888)
Instalações, depreciações e amortizações	(4.946)	(18.944)	(23.890)
Outras despesas	(18.800)	(39.219)	(58.019)
Despesas alocadas	(125.702)	125.702	-
Total das despesas operacionais	**(290.194)**	**(67.603)**	**(357.797)**
Resultados antes dos impostos sobre o lucro	**206.948**	**22.258**	**229.206**
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(67.258)	237.826	170.568
Lucro do exercício antes da variação contábil sobre investimento no exterior	**139.690**	**260.084**	**399.774**
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior - Líquida de impostos)			**(11.217)**
Lucro líquido do exercício			**388.557**

Notas Explicativas

Informação geográfica

O Banco possui suas operações concentradas no Brasil e opera também através de sua agência nas Ilhas Cayman:

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstrados como segue:

	2016		2015	
	US$	R$	US$	R$
Ativos				
Disponibilidades	1.078	3.513	4.790	18.703
Aplicações interfinanceiras de liquidez	99.413	323.995	222.203	867.660
TVM e instrumentos financeiros derivativos	46.103	150.254	114.511	447.144
Operações de crédito - Líquido	520.490	1.696.329	681.032	2.659.294
Outros créditos e valores e bens	6.622	21.583	15.826	61.796
Total	**673.706**	**2.195.674**	**1.038.362**	**4.054.597**
Passivos				
Depósitos à vista	84	274	86	334
Depósitos a prazo	26.954	87.846	274.138	1.070.454
Recursos de aceites	-	-	35.397	138.218
Obrigações por empréstimos no exterior	1.157.698	3.773.055	1.068.070	4.170.602
Instrumentos financeiros derivativos	27.362	89.174	82.102	320.592
Outras obrigações	270	879	219	854
Total	**1.212.368**	**3.951.228**	**1.460.012**	**5.701.054**
Resultado				
Resultado operacional	25.206	82.149	29.510	115.230
Despesas administrativas	(1.306)	(4.256)	(1.109)	(4.330)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.918)	(12.769)	102	398
Total	**19.982**	**65.124**	**28.503**	**111.298**

No Brasil, o Banco possui plataforma de negócios em 10 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e no Distrito Federal. Os demais estados brasileiros são atendidos por essas plataformas.

Notas Explicativas

5. Caixa e reserva no Banco Central do Brasil

As composições de rubrica Caixa e reserva no Banco Central do Brasil estão assim demonstradas:

	2016	2015
Disponibilidades	8.777	46.655
Compulsório sobre depósitos à vista	1.515	126
Total	**10.292**	**46.781**

6. Aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros

As operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais no montante de R$ 4.657.643 (R$ 4.433.494 em 2015) têm prazos de vencimento até junho de 2017. Os depósitos em bancos privados no montante de R$ 922.176 (R$ 1.345.093 em 2015) têm prazos de vencimento até agosto de 2017.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa considerados na apresentação das Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa estão assim demonstrados:

	2016	2015
Disponibilidades	**8.777**	**46.655**
Aplicações financeiras de liquidez	**4.360.392**	**4.920.165**
Aplicações em moedas estrangeiras	407.413	945.744
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	3.952.979	3.974.421
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4.369.169**	**4.966.820**

Notas Explicativas

8. Classificação dos instrumentos financeiros

a) Mensuração dos instrumentos financeiros

As posições dos instrumentos financeiros ativos e passivos e seus respectivos valores justos estão assim demonstradas:

	2016			
	Cotações publicadas em mercado ativo (Nível 1)	**Modelos internos (Nível 2)**	**Modelos internos (Nível 3)**	**Total**
Ativos Financeiros				
Mantidos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.274.626	-	-	1.274.626
Eurobônus	14.601	-	-	14.601
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	209.964	-	-	209.964
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.113.913	-	-	1.113.913
Certificado de depósitos bancários - CDB	84.449	-	-	84.449
Derivativos	760.477	245.032	-	1.005.509
Subtotal - Mantidos para negociação	**3.458.030**	**245.032**	**-**	**3.703.062**
Disponíveis para venda				
Eurobônus	25.861	-	-	25.861
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A	-	81.606	-	81.606
Debêntures	45.212	-	-	45.212
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	1.332.082	-	1.332.082
Subtotal - Disponíveis para venda	**71.073**	**1.413.688**	**-**	**1.484.761**
Mantidos até o vencimento				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	790.039	-	-	790.039
Subtotal - Mantidos até o vencimento	**790.039**	**-**	**-**	**790.039**
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Derivativos	-	2.793	-	2.793
Subtotal - Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**2.793**	**-**	**2.793**
Total de Ativos Financeiros	**4.319.142**	**1.661.513**	**-**	**5.980.655**
Passivos Financeiros				
Para Negociação				
Derivativos	(665.840)	(159.691)	-	(825.531)
Subtotal - Para negociação	**(665.840)**	**(159.691)**	**-**	**(825.531)**
Ao valor justo no resultado				
Dívida subordinada	-	(955.427)	-	(955.427)
Captações - Repasses no exterior	-	(342.427)	-	(342.427)
Subtotal - Ao valor justo no resultado	**-**	**(1.297.854)**	**-**	**(1.297.854)**
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Derivativos	-	(78.892)	-	(78.892)
Subtotal - Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**(78.892)**	**-**	**(78.892)**
Total Passivos Financeiros	**(665.840)**	**(1.536.437)**	**-**	**(2.202.277)**

Notas Explicativas

	2015			
	Cotações publicadas em mercado ativo (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Modelos internos (Nível 3)	Total
Ativos Financeiros				
Mantidos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.119.258	-	-	1.119.258
Eurobônus	135.839	-	-	135.839
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	136.351	-	-	136.351
Certificado de depósitos bancários - CDB	73.228	-	-	73.228
Debêntures	16.794	-	69.617	86.411
Derivativos	395.884	360.029	-	755.913
Subtotal - Mantidos para negociação	**1.877.354**	**360.029**	**69.617**	**2.307.000**
Disponíveis para venda				
Eurobônus	23.082	-	-	23.082
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A	-	95.719	-	95.719
Certificado de depósitos bancários - CDB	28.487	-	-	28.487
Debêntures	139.092	-	60.485	199.577
Cédula de Produtor Rural - CPR	-	-	1.175	1.175
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	759.366	-	759.366
Letras Financeiras - LF	130.528	-	-	130.528
Subtotal - Disponíveis para venda	**321.189**	**855.085**	**61.660**	**1.237.934**
Mantidos até o vencimento				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	858.862	-	-	858.862
Subtotal - Mantidos até o vencimento	**858.862**	**-**	**-**	**858.862**
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Derivativos	-	218.849	-	218.849
Subtotal - Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**218.849**	**-**	**218.849**
Total de Ativos Financeiros	**3.057.405**	**1.433.963**	**131.277**	**4.622.645**
Passivos Financeiros				
Para Negociação				
Derivativos	(339.734)	(596.743)	-	(936.477)
Subtotal - Para negociação	**(339.734)**	**(596.743)**	**-**	**(936.477)**
Ao valor justo no resultado				
Dívida subordinada	-	(1.170.455)	-	(1.170.455)
Captações - Repasses no exterior	-	(551.226)	-	(551.226)
Subtotal - Ao valor justo no resultado	**-**	**(1.721.681)**	**-**	**(1.721.681)**
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Derivativos	-	(11.291)	-	(11.291)
Subtotal - Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**(11.291)**	**-**	**(11.291)**
Total Passivos Financeiros	**(339.734)**	**(2.329.715)**	**-**	**(2.669.449)**

Notas Explicativas

Veja na Nota 3 (e) os detalhes dos critérios praticados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

As movimentações ocorridas para o nível 3 para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão demonstradas a seguir:

Ativos Financeiros	Valor Justo 2015	Total de Ganhos ou Perdas (Realizados / Não realizados)	Transferências no e / ou fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2016
Mantidos para negociação	69.617	1.830	-	-	(71.447)	**-**
Disponíveis para venda	61.660	(797)	-	-	(60.863)	**-**

	Valor Justo 2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizados / Não realizados)	Transferências no e / ou fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2015
Mantidos para negociação	172.158	(305)	(33.770)	69.617	(138.083)	**69.617**
Disponíveis para venda	10.964	(360)	-	60.485	(9.429)	**61.660**

Notas Explicativas

b) Instrumentos financeiros derivativos

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos junto com seus respectivos valores de referência:

	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Valor de referência (Notional)	Ativo	Passivo	Valor de referência (Notional)
Derivativos mantidos para negociação						
Contratos de futuros	**-**	**-**	**7.320.104**	**-**	**-**	**9.500.728**
Contratos de "*Swap*"	**73.797**	**(16.994)**	**2.085.341**	**57.830**	**(132.080)**	**1.975.339**
Mercado interfinanceiro	71.265	(3.832)	809.415	29.998	(25.841)	1.219.255
Moeda estrangeira	399	(9.864)	130.690	24.782	(103.939)	170.555
Prefixado	1.639	(1.768)	1.121.376	347	(138)	546.819
Outros	494	(1.530)	23.860	2.703	(2.162)	38.710
Contratos de opções	**739.744**	**(660.278)**	**14.487.828**	**379.490**	**(342.889)**	**10.313.196**
Outros instrumentos financeiros	**191.968**	**(148.259)**	**3.301.861**	**318.593**	**(461.508)**	**4.346.535**
Total	**1.005.509**	**(825.531)**	**27.195.134**	**755.913**	**(936.477)**	**26.135.798**

Considerações sobre "Hedge Accounting":

		2016		
Derivativos usados como "*hedge*" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**1.251.687**	**(78.757)**	**(76.099)**	**2.658**
Dívida Subordinada	**896.310**	**(56.561)**	**(57.291)**	**(730)**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	896.310	(56.561)	(57.291)	(730)
Obrigações por repasses no exterior	**355.377**	**(22.196)**	**(18.808)**	**3.388**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	213.017	1.620	2.793	1.173
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	142.360	(23.816)	(21.601)	2.215
Objeto de "*Hedge*"	**1.216.882**	**(1.216.882)**	**(1.219.540)**	**(2.658)**
Dívida Subordinada (Nota 13)	877.843	(877.843)	(877.113)	730
Obrigações por repasses no exterior (Nota 12)	339.039	(339.039)	(342.427)	(3.388)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Notas Explicativas

Derivativos usados como "*hedge*" de valor justo	Valor referencial dos contratos (1)	2015 Valor de Curva	2015 Valor de mercado	2015 Ajuste a mercado
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**1.751.919**	**196.427**	**207.558**	**11.131**
Dívida Subordinada	**1.278.170**	**129.163**	**137.989**	**8.826**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	812.514	131.253	149.280	18.027
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (2)	465.656	(2.090)	(11.291)	(9.201)
Obrigações por repasses no exterior	**473.749**	**67.264**	**69.569**	**2.305**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	473.749	67.264	69.569	2.305
Objeto de "*Hedge*"	**1.625.494**	**(1.625.494)**	**(1.636.625)**	**(11.131)**
Dívida Subordinada (Nota 13)	1.076.573	(1.076.573)	(1.085.399)	(8.826)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 12)	548.921	(548.921)	(551.226)	(2.305)

(1) De acordo com o previsto na documentação de *hedge accounting* foram Incluídos novos instrumentos financeiros derivativos acionados após "*reset*" do *hedge* cujo valor referencial dos contratos em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 1.278.170, valores atualizados até a data do balanço.
(2) Valores atualizados até a data do balanço.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada, a administração decidiu designar os instrumentos financeiros acima demonstrados para proteção do valor do principal bem como do valor dos juros contratuais.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (dívida subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo IAS 39 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração.

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2016 estava em conformidade com os parâmetros estabelecidos. (Veja Nota 3g)

Os valores de referência (*Notional*) dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo a operação utilizada como instrumento de "hedge", por vencimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016							2015
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	1.183.964	1.279.101	582.289	1.688.967	2.430.739	155.044	7.320.104	9.500.728
Contratos de opção	4.553.091	70.855	69.466	9.780.216	14.200	-	14.487.828	10.313.196
Contratos de "*Swap*"	224.823	591.924	484.939	371.068	607.965	1.056.309	3.337.028	3.727.258
Outros instrumentos financeiros	411.473	1.040.789	685.409	957.706	206.484	-	3.301.861	4.346.535
Total - 2016	**6.373.351**	**2.982.669**	**1.822.103**	**12.797.957**	**3.259.388**	**1.211.353**	**28.446.821**	-
Total - 2015	**5.281.372**	**3.050.256**	**11.473.773**	**3.560.319**	**2.487.669**	**2.034.328**	-	**27.887.717**

Notas Explicativas

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

O saldo dos empréstimos e adiantamentos a clientes por setor industrial e a respectiva provisão são demonstrados como segue:

	2016			
	Saldo devedor	% do saldo devedor sobre o total	Provisão	Valor líquido
Agronegócio	4.750.256	34,68	(108.605)	4.641.651
Comércio e Serviços	1.625.351	11,87	(22.003)	1.603.348
Construção e Infraestrutura	1.782.132	13,01	(136.879)	1.645.253
Financeiro	449.556	3,28	(1.414)	448.142
Indústria de Transformação	1.117.290	8,16	(60.894)	1.056.396
Indústria e tecnologia	1.460.727	10,66	(27.163)	1.433.564
Pessoas físicas	109.576	0,80	(200)	109.376
Transporte e logística	734.309	5,36	(9.413)	724.896
Utilidade Pública	1.668.057	12,18	(241)	1.667.816
Outros	887	0,01	-	887
Total	**13.698.141**	**100,00**	**(366.812)**	**13.331.329**

	2015			
	Saldo devedor	% do saldo devedor sobre o total	Provisão	Valor líquido
Agronegócio	4.849.754	38,48	(64.730)	4.785.024
Comércio e Serviços	1.234.911	9,80	(13.400)	1.221.511
Construção e Infraestrutura	1.867.556	14,82	(73.486)	1.794.070
Financeiro	369.049	2,93	(1.297)	367.752
Indústria de Transformação	1.014.371	8,05	(30.277)	984.094
Indústria e tecnologia	1.422.639	11,29	(11.398)	1.411.241
Pessoas físicas	186.628	1,48	(200)	186.428
Transporte e logística	714.082	5,67	(7.838)	706.244
Utilidade Pública	944.890	7,50	(12.600)	932.290
Outros	1.037	0,01	-	1.037
Total	**12.604.917**	**100,00**	**(215.226)**	**12.389.691**

Notas Explicativas

Os empréstimos e adiantamento a clientes são assim demonstrados de acordo com a natureza da operação:

	2016	2015
Empréstimos	4.704.729	5.126.977
Financiamentos - BNDES / FINAME	892.160	1.188.899
Financiamentos à exportação	1.741.070	1.745.529
Repasses de captação externa	50.595	95.479
Títulos descontados	44.312	20.365
Financiamentos em moeda estrangeira	974.026	1.367.377
Conta garantida	132.519	192.900
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.737.815	1.021.871
Financiamentos imobiliários	190.612	109.409
Operações de créditos cedidas	-	5.352
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas	373.467	203.733
Títulos e créditos a receber	792.189	336.678
Créditos vinculados a operações de cessão com coobrigação	1.086	44.511
Créditos por avais e fianças honrados	30.328	23.746
Financiamentos à importação	-	4.992
Outras operações com características de crédito	2.033.233	1.117.099
Total	**13.698.141**	**12.604.917**
Provisão	**(366.812)**	**(215.226)**
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**13.331.329**	**12.389.691**

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como empréstimos e adiantamentos a clientes e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo:

(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R$ 3.218 (R$ 43.020 em 2015), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi negativo de R$ 99 (resultado positivo de R$ 2.773 em 2015).

(ii) Com retenção substancial de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2016, no Banco e Consolidado, não foram realizadas operações de cessão de créditos com coobrigação. Não existe saldo referente ao ativo financeiro objeto da venda ou transferência em 31 de dezembro de 2016 (Em 31 de dezembro de 2015 foi representado por R$ 5.352 e o saldo do passivo da obrigação assumida é de 5.367) registrado na rubrica - Outras obrigações - Diversas (Nota 14).

As receitas do ativo financeiro objeto de venda ou transferência totalizaram R$ 112 (R$ 4.111 em 2015) e as despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão totalizaram R$ 68 (R$ 3.304 em 2015).

Notas Explicativas

A provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldos no início do exercício	215.226	120.904
Constituição do exercício	273.212	223.976
Créditos compensados como prejuízo	(121.626)	(129.654)
Saldos no final do exercício	**366.812**	**215.226**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de créditos renegociados é de R$ 639.041 (R$ 496.337 em 2015), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 404.781 (R$ 306.798 em 2015).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 14.765 (R$ 5.325 em 2015).

O montante de operações em atraso em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 82.975 (R$ 121.780 em 2015), representando 0,62% (0,97% em 2015) do total da carteira de empréstimo.

Veja posição de empréstimos e adiantamentos por vencimentos demonstrados na Nota 26 de Gestão de Riscos.

10. Compromissos contingentes de crédito

Os saldos dos compromissos contingentes de crédito são demonstrados como segue:

	2016	2015
Compromissos contingentes de crédito (Garantias financeiras prestadas)		
Fianças prestadas a clientes	9.212.628	8.537.435
Créditos abertos para importação	9.813	-
Total	**9.222.441**	**8.537.435**

As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo das provisões para garantias financeiras prestadas e responsabilidades é de R$ 12.851 (Nota 15.a).

Notas Explicativas

O saldo dos compromissos contingentes de crédito, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Compromissos contingentes de crédito	556.731	1.426.011	2.263.299	3.647.410	1.273.207	55.783	9.222.441
Total - 2016	**556.731**	**1.426.011**	**2.263.299**	**3.647.410**	**1.273.207**	**55.783**	**9.222.441**
Total - 2015	**948.259**	**1.202.828**	**2.112.969**	**3.142.894**	**1.053.097**	**77.388**	**8.537.435**

11. Outros ativos

As composições de outros ativos estão assim demonstradas:

	2016	2015
Créditos tributários (Nota 17)	324.472	352.192
Negociação e intermediação de valores	50.883	347.322
Devedores por compra de valores e bens	14.469	-
Devedores por depósitos em garantia	18.252	109.716
Outros valores e bens	113.902	36.782
Despesas Antecipadas	13.011	8.879
Outros	1.558	2.214
Total	**536.547**	**857.105**

A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

Notas Explicativas

12. Captações

As composições das captações estão assim demonstradas:

	2016	2015
Depósito à vista	42.359	69.277
Depósitos interfinanceiros	478.357	319.200
Depósitos a prazo	4.819.383	4.205.719
Operações compromissadas	5.799	67.198
Letras de créditos imobiliários - LCI	887.239	1.010.443
Letras de créditos do agronegócio - LCA	2.280.018	1.566.839
Letras financeiras - LF	2.973.055	2.340.412
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	138.218
Certificados de operações estruturadas	17.530	1.280
Relações interfinanceiras	127	-
Relações interdependências	11.763	18.530
Obrigações por empréstimos no exterior	4.036.840	4.371.543
Obrigações por repasses no País	2.104.849	2.199.974
Obrigações por repasses no exterior (1)	1.710.967	1.372.690
Dívida subordinada (Nota 13) (1)	1.584.534	1.712.154
Total	**20.952.820**	**19.393.477**

(1) As captações por repasses no exterior e dívidas subordinadas utilizadas como *hedge* de valor justo estão demonstradas nas Notas explicativas 8 (a) e 12, respectivamente.

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, letras de créditos imobiliários (LCI), letras de créditos do agronegócio (LCA) e letras financeiras (LF) são efetuadas a taxas normais de mercado.

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto à órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank, IIC - Inter-American Investment Corporation e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

Notas Explicativas

As composições dos saldos das Captações - Repasses do exterior em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão assim demonstradas:

	2016	2015
Obrigações por repasses do exterior		
Objeto de "Hedge accounting"		
Valor do principal US$ 66,7 milhões (US$ 100,0 em 2015)	217.233	390.420
Valor do principal US$ 36,9 milhões (US$ 40,0 em 2015)	120.314	156.168
Juros provisionados	1.492	2.333
Subtotal	**339.039**	**548.921**
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting")	3.388	2.305
Total	**342.427**	**551.226**
Outras obrigações por repasses do exterior	1.368.540	821.464
Total	**1.710.967**	**1.372.690**

As captações em dívida subordinada não objeto de *hedge*, são mensuradas ao custo amortizado de acordo com Nota 3 item IX. O saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 629.107 (R$ 541.699 em 2015).

Notas Explicativas

13. Dívida subordinada

As composições dos saldos das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão assim compostos:

	2016	2015
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas Subordinadas no Exterior US$ 264,9 milhões (US$ 271,1 milhões em 2015)	955.427	1.170.455
Subtotal	**955.427**	**1.170.455**
Outras dívidas subordinadas		
Letras Financeiras	357.352	212.074
Notas Subordinadas no Exterior US$ 79,5 milhões (US$ 79,8 milhões em 2015)	271.755	329.625
Subtotal	**629.107**	**541.699**
Total dívidas subordinadas	**1.584.534**	**1.712.154**

O saldo das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2016 e 2015 é assim composto:

	2016	2015
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas subordinadas no Exterior		
Valor do principal US$ 244,9 milhões (US$ 251,1 milhões em 2015)	798.147	981.073
Valor do principal US$ 20,0 milhões (US$ 20,0 milhões em 2015)	65.182	77.901
Juros provisionados	15.960	19.966
Deságio	(1.446)	(2.367)
Subtotal	**877.843**	**1.076.573**
Despesa de captação diferida	(2.876)	(3.991)
Resultado do *hedge accounting* diferido (1)	84.082	93.781
Deságio	(2.892)	(4.734)
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	(730)	8.826
Total	**955.427**	**1.170.455**

(1) Instrumentos financeiros acionados pelo "*reset"* amortizados pelo prazo remanescente da dívida subordinada.

	2016	2015
Outras dívidas subordinadas		
Notas Subordinadas no Exterior US$ 79,5 milhões (US$ 79,8 milhões em 2015)	259.164	311.603
Ágio	8.254	12.921
Despesa de captação diferida	(462)	(476)
Juros provisionados	4.799	5.577
Total	**271.755**	**329.625**

A captação de recursos no exterior, objeto de *hedge accounting*, no valor de US$ 300,0 milhões, com principal de US$ 264,9 milhões em dezembro de 2016 (US$ 271,1 em 2015) e com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no Exterior no valor de US$ 100,0 milhões, com principal de US$ 79,5 milhões em dezembro de 2016 (US$ 79,8 em 2015) com mesmo vencimento e taxas de juros.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US$ 6.580. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra é de US$ 6.242.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US$ 49.002. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra é de US$ 43.858.

O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R$ 337.544, referente a captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até outubro de 2026 com taxas de juros de 8,3% a 9,3% + IPCA, de 2,7% a 3,2% + CDI, prefixadas de 15,5% a 20,3% e CDI de 119,0% a 130,0%.

Todas as captações em dívidas subordinadas estão autorizadas pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.192/13 a comporem o nível II do Patrimônio de Referência do Banco - PR, exceto o valor do ágio na captação de outras dívidas subordinadas no valor de R$ 8.254.

14. Passivos tributários

As composições dos passivos tributários estão assim demonstradas:

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17)	224.097	160.490
Impostos e contribuições a recolher	119.772	42.561
Provisão para riscos cíveis, fiscais e obrigações legais	29.036	31.735
Total	**372.905**	**234.786**

Notas Explicativas

15. Outros passivos

a) As composições de outros passivos estão assim demonstradas:

	2016	2015
Obrigações por operações vinculadas às cessões	-	5.367
Carteira de câmbio	14.120	92.845
Provisão para pagamentos a efetuar	73.008	64.734
Provisão para passivos contingentes	8.993	9.635
Receitas de exercícios futuros (comissões sobre fianças)	34.068	29.575
Negociação e intermediação de valores	36.605	259.597
Provisão sobre fianças	12.851	-
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.201	3.346
Sociais e estatutárias	82.502	63.784
Outros	63	177
Total	**261.411**	**529.060**

O saldo da carteira de câmbio é representado principalmente por adiantamentos recebidos de clientes para liquidação de operações e por diferenças de taxas de câmbio a pagar decorrentes de operações de câmbio comprado e vendido a liquidar.

A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a pagar, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

		2016			2015	
Operações / Partes relacionadas	**Grau de relação**	**Prazos até**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**	**Ativo / (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**
Depósitos à vista						
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	(27)	-	(12)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	-	-	-	(645)	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	13/02/2017	(121)	(6)	(1.901)	-
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	18/04/2016	-	(657)	(173.754)	(4.854)
Administradores		Diversos	(28.444)	(3.731)	(31.699)	(2.367)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	17/08/2017	(826.838)	(11.746)	(420.179)	(687)
Dividendos e juros sobre o capital						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	31/12/2016	(50.036)	-	(39.019)	-

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e

b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil S.A., dos últimos 20 pregões do exercício.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão assim compostas:

	2016	2015
Remuneração Fixa	21.234	18.695
Remuneração Variável	27.374	27.153
Total de benefícios de curto prazo	**48.608**	**45.848**
Remuneração baseada em ações	31.049	29.513
Total de benefícios de longo prazo	**31.049**	**29.513**
Total	**79.657**	**75.361**

Notas Explicativas

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus Administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 16.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2015	Novos	Ações entregues	Dezembro de 2016
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	227.244	-	(227.244)	-
3º	30/08/2013 - 30/08/2016	272.634	-	(272.634)	-
4º	28/11/2013 - 28/11/2016	10.610	-	(10.610)	-
5º	25/02/2014 - 25/02/2016	281.988	-	(281.988)	-
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	-	-	281.988
6º	29/08/2014 - 29/08/2016	225.435	-	(225.435)	-
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.435	-	-	225.435
7º	24/02/2015 - 24/02/2016	295.161	-	(295.161)	-
7º	24/02/2015 - 24/02/2017	295.161	-	-	295.161
7º	24/02/2015 - 24/02/2018	295.161	-	-	295.161
8º	20/08/2015 - 20/08/2016	311.546	-	(311.546)	-
8º	20/08/2015 - 20/08/2017	311.546	-	-	311.546
8º	20/08/2015 - 20/08/2018	311.546	-	-	311.546
9º	24/02/2016 - 24/02/2017	-	466.707	-	466.707
9º	24/02/2016 - 24/02/2018	-	466.701	-	466.701
9º	24/02/2016 - 24/02/2019	-	466.698	-	466.698
10º	23/08/2016 - 23/08/2017	-	265.525	-	265.525
10º	23/08/2016 - 23/08/2018	-	265.525	-	265.525
10º	23/08/2016 - 23/08/2019	-	265.525	-	265.525
Total		**3.345.455**	**2.196.681**	**(1.624.618)**	**3.917.518**

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício são demonstradas a seguir:

	2015	Adições	Baixas	2016
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros	107.560	255.113	(173.884)	188.789
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	222.732	70.280	(181.915)	111.097
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	13.402	12.157	(10.663)	14.896
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	8.498	9.374	(8.182)	9.690
	352.192	**346.924**	**(374.644)**	**324.472**
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(142.506)	(198.618)	133.460	(207.664)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(14.612)	(5.683)	14.056	(6.239)
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(1.361)	(8.649)	1.319	(8.691)
Outros	(2.011)	-	508	(1.503)
	(160.490)	**(212.950)**	**149.343**	**(224.097)**
Saldo líquido	**191.702**	**133.974**	**(225.301)**	**100.375**

A apuração das despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstradas a seguir:

	2016	2015
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	579.599	217.989
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior)	(8.862)	20.394
Total Resultado	**570.737**	**238.383**
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	308.579	106.568
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no exercício	(131.876)	164.370
Efeito do aumento da alíquota da CSLL no crédito tributário	-	(26.661)
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	41.303	(154.817)
Juros sobre o capital próprio (Nota 24.b)	(84.827)	(56.937)
Outros valores	(34.473)	(37.314)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	**98.706**	**(4.791)**
Impostos e contribuições diferidos		
Passivos fiscais constituídos no exercício	204.301	156.437
Passivos fiscais realizados no exercício	(148.024)	(68.653)
Créditos tributários constituídos no exercício	(337.550)	(355.959)
Créditos tributários realizados no exercício	366.462	111.575
Total dos impostos e contribuições diferidos	**85.189**	**(156.600)**
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	**183.895**	**(161.391)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado abrangente (Variação cambial sobre investimentos no exterior)	3.988	(9.177)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social considerando o imposto e contribuição sobre o resultado abrangente	**187.883**	**(170.568)**

Notas Explicativas

18. Participações nos lucros

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 3(n) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais

O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores cujo detalhamento das principais causas são os seguintes:

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R$ 10.229.

Imposto sobre serviços (“ISS”) - 1994 a 2003

Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003. Tais valores correspondem a R$ 1.901.

Multa de ofício Imposto sobre serviços (“ISS”) - 2008 a 2011

Trata-se de processo administrativo onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questiona a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R$ 11.863.

Notas Explicativas

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2012 no valor de R$ 183.686.

Compensações não homologadas

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R$ 3.465.

IRPJ/CSSL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSSL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R$ 4.916.

IRPJ/CSSL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 a 2012

Trata-se de cobrança de IRPJ e CSSL, incidentes sobre dedutibilidade de PLR pagos a diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Aguardando julgamento da impugnação ao Auto de Infração. O valor da exigência monta a R$ 66.918.

CND - Certidão positiva com efeitos de negativa

Trata-se de depósito judicial realizado em Mandado de Segurança para possibilitar a emissão de CND. Em setembro 2016 o Banco iniciou a discussão na esfera administrativa a fim de cancelar os débitos exigidos de forma indevida e por conseguinte reaver o valor depositado judicialmente. O valor da discussão é de R$ 5.554.

b) Obrigações legais

ISS - Imposto sobre serviços

Mandado de Segurança visando suspender a exigibilidade do ISS sobre atividades de prestação de avais e fianças relativo ao período de 2007 a 2016. Em junho de 2016, foi prolatada decisão desfavorável ao Banco ABC Brasil S.A. pela Corte Suprema. O Banco recorreu de tal decisão, mas, novamente o julgamento foi desfavorável. Não existem mais possibilidades de recurso, assim, encerrou-se a discussão de mérito da causa. O valor provisionado era de R$ 53.586 que foi baixado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

c) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R$ 8.993 (Nota 19.e). As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizavam R$ 13.178 e não foram provisionadas.

d) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R$ 960 (Nota 19.e). As ações cíveis classificadas como perda possível totalizavam R$ 5.198 e não foram provisionadas.

e) Movimentação das provisões constituídas

	Fiscais e Obrigações legais	Trabalhistas		Cíveis
No início do exercício	31.440	9.635		295
Constituição / (Reversão)	53.586	4.275		665
Baixa	(56.950)	(4.917)		-
No final do exercício	**28.076**	**8.993**	**(a)**	**960**

(a) vide Nota 15.a

Notas Explicativas

20. Resultados de comissões e serviços

Os resultados de comissões e serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015, estão assim demonstrados:

	2016	2015
Rendas de garantias prestadas	199.038	150.537
Rendas de tarifas com operações de crédito	13.494	8.167
Rendas de cobranças	12.530	10.375
Rendas de tarifas bancárias	8.698	8.037
Rendas de comissões e colocação de títulos	22.095	21.250
Rendas de outros serviços	708	720
Total	**256.563**	**199.086**

21. Resultados líquidos de ativos e passivos financeiros

Os resultados líquidos de ativos e passivos financeiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015, estão assim demonstrados:

	2016		
	Valor justo por meio do resultado	Disponíveis para venda	Total
Instrumentos financeiros derivativos	(703.372)	-	(703.372)
Títulos e valores mobiliários	279.250	410.188	689.438
Captações - Repasses no exterior	35.268	-	35.268
Dívida subordinada	100.972	-	100.972
Total	**(287.882)**	**410.188**	**122.306**

	2015		
	Valor justo por meio do resultado	Disponíveis para venda	Total
Instrumentos financeiros derivativos	1.163.537	-	1.163.537
Títulos e valores mobiliários	156.269	292.130	448.399
Captações - Repasses no exterior	(150.096)	-	(150.096)
Dívida subordinada	(434.580)	-	(434.580)
Total	**735.130**	**292.130**	**1.027.260**

Notas Explicativas

22. Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015, estão assim demonstradas:

	2016	2015
Atualização depósito judicial	6.195	7.309
Impostos sobre receitas operacionais - PIS / COFINS / ISS	(56.110)	(34.164)
Outras receitas (despesas)	(26.867)	(14.783)
Atualização de impostos e contribuições	(108)	(165)
Despesa de contribuição FGC	(9.607)	(7.770)
Constituição de provisões	(62.110)	(21.634)
Total	**(148.607)**	**(71.207)**

23. Outras despesas

As outras despesas, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015, estão assim demonstradas:

	2016	2015
Serviços técnicos especializados	(14.603)	(14.862)
Serviços de terceiros	(6.841)	(5.852)
Serviços do sistema financeiro	(14.006)	(11.102)
Outras despesas administrativas	(11.424)	(7.038)
Processamento de dados	(10.431)	(10.153)
Despesas de transporte	(465)	(451)
Despesas tributárias	(3.068)	(3.635)
Total	**(60.838)**	**(53.093)**

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é representado por 182.224.529 ações nominativas (164.891.422 em 2015) escriturais e sem valor nominal, sendo 91.773.827 ações ordinárias (82.796.043 em 2015) e 90.450.702 ações preferenciais (82.095.379 em 2015).

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Notas Explicativas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
27/06/2016	92.648	41.691
26/12/2016	95.857	43.136
Total - 2016	**188.505**	**84.827**
26/06/2015	62.047	24.819
28/12/2015	73.971	32.118
Total - 2015	**136.018**	**56.937**

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Lucro por ação

i) Básico

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24 e).

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	391.716	388.557
Quantidade média ponderada de ações	169.496.561	155.364.366
Lucro básico por ação (em reais)	**2,31**	**2,50**

ii) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	391.716	388.557
Quantidade média ponderada de ações	172.013.129	157.053.822
Lucro diluído por ação (em reais)	**2,28**	**2,47**

Notas Explicativas

d) Destinação dos lucros

i) *Reserva de lucros - Reserva legal*

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2016 apresenta o montante de R$ 19.586 (R$ 19.428 em 2015).

ii) *Reserva de lucros - Equalização de dividendos*

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

iii) *Reserva de Lucros - Recompra de ações*

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 878.600 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R$ 46.050 equivalente à 4.381.824 ações preferenciais (R$ 53.322 equivalente a 5.127.842 em 2015). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R$ 10,51.

Movimentações das ações em tesouraria:

	2016	2015
No início do exercício	5.127.842	4.252.640
Recompra	878.600	2.129.406
Ações entregues	(1.624.618)	(1.254.204)
No final do exercício	**4.381.824**	**5.127.842**

Notas Explicativas

f) Aumento de capital

Em 28 de dezembro de 2015 foi deliberada proposta pelo Conselho de Administração do aumento de capital no valor de R$ 62.875, aprovado em 07 de março de 2016 pela Administração, correspondente à emissão de 9.106.595 novas ações, sendo 4.719.411 novas ações ordinárias e 4.387.184 novas ações preferenciais, mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 21 de março de 2016.

Em 27 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R$ 92.648, que representa um valor bruto de R$ 0,5480 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberado também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$ 78.751, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora aprovados, homologado pelo Banco Central do Brasil em 05 de setembro de 2016.

Em 26 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R$ 95.857, que representa um valor bruto de R$ 0,539 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberada também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$ 81.479, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora distribuídos ou em moeda corrente nacional.

25. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O Banco mitigou o montante de R$ 31.170 por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.479 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos

Risco corporativo

Objetivos

O Banco entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco.

Para tanto, mantém estruturas dedicadas às atividades de gestão de risco, que avaliam, monitoram e informam tanto o risco assumido, quanto o apetite de risco da organização, propondo medidas que reforcem a execução dos processos, corrijam falhas e coíbam práticas não condizentes com os padrões exigidos. Destarte, objetiva também atender às Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 4.090/12 e 4.327/14 do Conselho Monetário Nacional, que regem as atividades das estruturas de gestão de risco operacional, de mercado, de crédito e de liquidez e o arcabouço de responsabilidade socioambiental, respectivamente.

O arcabouço desenvolvido orienta-se para a realização de objetivos que são atingidos por meio de ações que permitam:

- Alinhar o apetite por risco e a estratégia adotada;
- Tomar decisões em resposta aos riscos;
- Reduzir surpresas e prejuízos operacionais;
- Identificar e administrar riscos inerentes aos empreendimentos;
- Fornecer respostas integradas aos diversos riscos;
- Aproveitar as oportunidades; e
- Melhorar a alocação de capital.

A Gestão do Risco Corporativo é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito e na Auditoria.

Notas Explicativas

Governança

O Banco, empresa de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, no nível II, considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro de padrões éticos aceitos e recomendados.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal (caráter não permanente), além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada e outros comitês operacionais, como o Comitê de Crédito e o Comitê Financeiro.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

As políticas de gestão de risco estão divulgadas em página interna (intranet), onde as normas estão publicadas e acessíveis a todos os colaboradores do Banco.

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por manter estruturas especializadas para a concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade de Comitês de Crédito até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração. A avaliação dos clientes e grupos econômicos e da adequação das linhas de crédito é responsabilidade da Diretoria de Análise de Crédito.

O Banco conta com suporte das Áreas de Administração de Crédito para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

O modelo de negócio do Banco ABC Brasil, focado em empréstimos, financiamentos, prestação de garantias e instrumentos derivativos com clientes de médio e grande porte, conta com uma estrutura que se incumbe de todo o ciclo da gestão de crédito, incluindo de forma não exaustiva:

- Avaliação de novos clientes;
- Revisão de créditos já concedidos;
- Avaliação de novos produtos;
- Adequação dos produtos a seus clientes-alvo;
- Acompanhamento de concentrações;
- Liberação de operações dentro das condições aprovadas;
- Identificação tempestiva de debilidade na situação econômico-financeira de clientes;
- Análise do impacto de mudanças conjunturais na qualidade da carteira;
- Adequação das garantias prestadas por clientes;
- Cobrança dos valores devidos;
- Ações, amigáveis ou não, de cobrança; e
- Administração das garantias coletadas.

Critérios de gestão de crédito

A gestão de risco de crédito congrega todas as atividades decorrentes desde a aprovação das linhas de crédito até a quitação; incluindo a contabilização, a alocação de capital econômico e regulatório e a emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

- A gestão do risco de crédito faz-se tanto pela ótica dos processos, quanto dos produtos;
- O processo de aprovação de crédito para clientes novos ou existentes depende da autoridade e da responsabilidade definidas para as pessoas, áreas e comitês envolvidos;
- O processo de concessão de crédito é regido por normas próprias, levando em conta as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, mudanças em produtos e concentrações setoriais ou geográficas;
- O risco de crédito é avaliado tanto pelos seus próprios méritos, quanto pelo efeito mitigador de garantias; também se avalia a efetividade da transferência de risco de crédito;
- Os limites são estabelecidos por cliente e por grupo financeiro para todas as exposições de risco de crédito, incluindo risco de contraparte, liquidação (settlement) e emissor, tanto das carteiras de negociação, quanto de não negociação;

Notas Explicativas

- Há processos e ferramentas específicas para a administração das carteiras de crédito e para o monitoramento individual dos clientes, incluindo a determinação adequada de provisões e reservas, e processos de atribuição e acompanhamento de rating;
- Há mecanismos de monitoramento dos riscos, da qualidade e da concentração das carteiras, que são usados na elaboração de cenários de estresse e de relatórios específicos;
- O risco de contraparte advindo de alterações nas variáveis de risco de mercado é identificado e sujeito a análises periódicas;
- Existe um processo formalizado de tratamento de créditos problemáticos, indicando responsáveis e a classificação dos casos de acordo com o estágio de cobrança;
- Todas as posições sujeitas a risco de crédito são acompanhadas, incluindo aquelas fora do balanço (‘off balance’), que são registradas pelo risco atribuído, levando em conta a probabilidade e o impacto da materialização do direito de recebimento do banco;
- Linhas de crédito de grande porte são aprovadas pelo Comitê de Risco do Conselho, que define também as alçadas da Administração local;
- Créditos proibidos constam de lista específica e seguem as políticas de prevenção a lavagem de dinheiro;
- Produtos novos são analisados levando-se em conta tanto o risco que traz ao banco, quanto ao cliente, de acordo com suas necessidades e sofisticação;
- As áreas envolvidas na gestão e monitoramento do risco de crédito são independentes das áreas de negócio e contam com a estrutura necessária para a execução de suas atividades; e
- A verificação independente dos créditos é feita regularmente por trabalhos de auditoria, que são encaminhados ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria.

Rating

O Banco ABC Brasil trabalha com uma escala de *rating* aplicada aos clientes, complementada pelo *rating* de cada operação individual. A primeira advém de fatores quantitativos e qualitativos referentes ao cliente e levam em conta o setor, a qualidade da gestão, o posicionamento no mercado, o suporte de controladores, a qualidade das informações disponíveis e os números dos demonstrativos financeiros. Para o *rating* da operação, considera-se adicionalmente o efeito das garantias associadas.

Monitoramento de crédito

O monitoramento dos créditos é feito de forma constante por área dedicada, que acompanha o comportamento das carteiras de crédito e das garantias, bem como informações de terceiros, como bureaux de crédito. A atividade é suportada por sistemas específicos.

Notas Explicativas

Revisão de crédito

Existe área específica de Revisão de Crédito com a dupla missão de verificar a qualidade das análises e de proceder com uma avaliação intermediária durante o período de vigência das linhas. Tal área é independente da Diretoria de Análise de Crédito.

Monitoramento de uso de limite de crédito e garantias

O enquadramento das exposições de crédito é monitorado constantemente por área e sistemas dedicados. O mesmo é válido para as garantias, que conta também com equipe especializada para o acompanhamento do grau de cobertura. O Comitê de Garantias reúne-se com o objetivo de discutir, reportar e solucionar problemas de deficiência ou qualidade das garantias aportadas.

Risco atribuído

As operações de derivativos utilizam as linhas de crédito aprovadas especificamente para elas em montantes relacionados a uma proporção do valor nocional. Esta decorre do prazo da operação e da volatilidade dos fatores de risco envolvidos. O recálculo diário garante que choques de volatilidade, valores pagos e redução do prazo sejam levados em consideração.

Processo de recuperação de crédito

O Banco conta também com uma estrutura dedicada com processos específicos para recuperação ágil dos créditos em inadimplemento. As áreas de Crédito, Comercial, Jurídica, além dos Comitês de Crédito e das Vice-Presidências, são diretamente envolvidas e a resolução dos problemas é monitorada dentro das especificidades de cada caso.

Responsabilidade dos comitês

- *Comitê de Risco do Conselho*: responsável pela aprovação da estrutura de gestão de risco e pelas de linhas acima da alçada dos Comitês de Crédito locais;
- *Comitês de Crédito*: responsáveis pela aprovação dos créditos para os clientes até sua alçada e pela ratificação do *rating* atribuído aos clientes e às operações - toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros, que inclui os gestores das áreas de Análise de Crédito, Comercial e a Presidência e Vice-Presidências*;*
- *Comitê de Operações Sindicalizadas:* responsável pela aprovação dos limites para operações de subscrição;
- *Comitê de PDD*: discute e valida as atribuições de valores de provisionamento para todas as operações do banco, reavaliando também o *rating* por conta da faixa de atraso, garantias aportadas, ou fatos relevantes que impactem a capacidade de repagamento do cliente; e
- *Comitê de BNDU*: propõe políticas e estratégias para venda dos bens recebidos em liquidação de empréstimos ou provenientes de execução de garantias.

Notas Explicativas

Concentração de crédito

a) *Concentração setorial*

O acompanhamento gerencial da concentração setorial é baseado em classificação que leva em conta o grau de correlação das atividades de cada setor com o ciclo econômico levando-se em conta as necessidades e a realidade do Banco. A exposição é monitorada pelas áreas de Gestão de Risco, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tanto para a carteira do segmento Large Corporate, quanto do segmento Corporate.

	2016					
	Total		Large Corporate		Corporate	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Agronegócio	5.222	23,15	4.678	24,11	544	17,25
Comércio e serviços	2.275	10,09	1.477	7,61	798	25,31
Construção e Infraestrutura	2.138	9,48	1.602	8,26	536	17,00
Financeiro	2.860	12,68	2.791	14,39	69	2,19
Indústria de transformação	2.324	10,30	2.028	10,45	296	9,39
Indústria e tecnologia	1.977	8,77	1.277	6,58	700	22,20
Pessoas físicas	164	0,73	135	0,70	29	0,92
Transporte e logística	1.739	7,71	1.611	8,30	128	4,06
Utilidade pública	3.855	17,09	3.802	19,60	53	1,68
Total	**22.554**	**100,00**	**19.401**	**100,00**	**3.153**	**100,00**

	2015					
	Total		Large Corporate		Corporate	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Agronegócio	5.257	25,12	4.734	26,97	523	15,52
Comércio e serviços	1.792	8,56	1.041	5,93	751	22,28
Construção e Infraestrutura	2.357	11,26	1.663	9,47	694	20,59
Financeiro	2.667	12,74	2.562	14,59	105	3,12
Indústria de transformação	2.358	11,27	2.086	11,88	272	8,07
Indústria e tecnologia	1.924	9,19	1.170	6,66	754	22,37
Pessoas físicas	239	1,14	214	1,22	25	0,74
Transporte e logística	1.530	7,31	1.328	7,56	202	5,99
Utilidade pública	2.802	13,41	2.758	15,72	44	1,32
Total	**20.926**	**100,00**	**17.556**	**100,00**	**3.370**	**100,00**

A atividade principal do Banco são créditos a empresas de médio e grande porte no Brasil. A exposição ao risco de outros países não é relevante.

b) *Concentração de risco de crédito por classe de instrumento financeiro*

	Valores em R$ milhões	
	2016	2015
Valor a receber de bancos	5.580	5.778
Instrumentos financeiros	5.978	4.404
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.331	12.390
Subtotal	**24.889**	**22.572**
Garantias prestadas e responsabilidades	**9.222**	**8.537**
Total	**34.111**	**31.109**

Notas Explicativas

Qualidade da carteira de crédito

A carteira de empréstimos e adiantamentos à clientes por qualidade de crédito está representada abaixo. São considerados créditos de alta qualidade aqueles classificados entre os ratings 1 a 5. O rating 6 apresenta qualidade padrão. Aqueles situados entre 7 e 11 qualificam-se como sub padrão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a carteira classificada como sub padrão era coincidente com aquela em que a administração identifica a probabilidade de problema de redução no valor recuperável.

	Valores em R$ milhões	
	2016	**2015**
Alta qualidade	10.845	10.506
Qualidade padrão	1.784	1.358
Qualidade sub padrão	619	404
Créditos em atraso	83	122
Total	**13.331**	**12.390**

Cobertura de garantias:

A carteira total de operações de credito totaliza R$ 22.554 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R$ 20.926 milhões em 2015), sendo que 63,03% dessa carteira não possuem garantias. Para a parcela de R$ 8.596 milhões ou 36,97% da carteira, o Banco possui garantias reais contratadas (principalmente composta por alienação fiduciária de bens, recebíveis e imóveis) no total de R$ 9.222 milhões (R$ 8.537 milhões em 2015).

Risco de liquidez

Descrição

O risco de liquidez apresenta-se basicamente de duas formas:

- *Risco de funding*: relativo ao acesso a fundos para honrar obrigações ou expansão das atividades; apresenta uma componente temporal definida pela ocorrência de desequilíbrios entre entrada e saídas de recursos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações; e

- *Risco de liquidez de mercado*: relativo à capacidade de atuar nos mercados, sem provocar grandes deslocamentos de preço ou taxa.

Notas Explicativas

A gestão do risco de liquidez é exercida pelo Comitê Financeiro, composto pelo Presidente e Vice-Presidentes Executivos e os gestores da Tesouraria, Gestão de Riscos, Captação e Planejamento Financeiro. A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra dentro dos limites determinados para sua atuação a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos temporais entre entradas e saídas. Conta com o suporte da Área de Gestão de Risco, que monitora os níveis aceitáveis de liquidez no presente e futuro e da Área de Planejamento Financeiro, que concentra as informações para o controle das posições de caixa. Os relatórios diários gerados são enviados à Tesouraria, à Diretoria Executiva e à Auditoria Interna. Semanalmente, o Comitê Financeiro reavalia a estratégia para o período seguinte.

Ferramentas

- *Colchão de liquidez*: a posição de caixa deve ser suficiente para suportar uma situação de estresse severo pelo tempo necessário para atitudes tomadas fazerem efeito. O Comitê Financeiro define tal período em número de meses e garante que o caixa se mostre superior ao valor calculado. O modelo leva em conta os passivos vincendos, resgate de aplicações, perda de valor de títulos públicos, chamada de margens, a taxa de renovação de ativos e outros;

- *Mapa de fluxo de caixa*: indica a evolução da posição de caixa em faixas de tempo, servindo para avaliação do comportamento por produto ou tipo de cliente e a adequação do perfil temporal das captações para financiar as carteiras ativas do banco;

- *Limites*: instrumento para garantir que não haja concentração em investidores, períodos ou uma combinação de ambos; e

- *Plano de contingência de liquidez*: plano que indica as ações a serem tomadas na gestão das carteiras, nas atividades da Tesouraria, na elaboração de relatórios, na gestão de crise e outras situações; considera diferentes cenários e, em cada um deles, diversos graus de severidade.

Ferramentas

	2016							
Ativos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	**10.292**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.292**
Aplicações no mercado aberto e em depósitos financeiros	**5.579.819**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.579.819**
Operações compromissadas	4.657.643	-	-	-	-	-	-	4.657.643
Depósitos em bancos privados	922.176	-	-	-	-	-	-	922.176
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**41.248**	**107.457**	**143.266**	**846.329**	**2.550.161**	**14.601**	**-**	**3.703.062**
Títulos e valores mobiliários	-	38.398	102.228	23.856	2.518.470	14.601	-	2.697.553
Derivativos	41.248	69.059	41.038	822.473	31.691	-	-	1.005.509
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.793**	**-**	**-**	**2.793**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**-**	**-**	**27.275**	**1.334.094**	**25.612**	**97.780**	**-**	**1.484.761**
Títulos e valores mobiliários	-	-	27.275	1.334.094	25.612	97.780	-	1.484.761
Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento	**349.896**	**-**	**-**	**-**	**440.143**	**-**	**-**	**790.039**
Títulos e valores mobiliários	349.896	-	-	-	440.143	-	-	790.039
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	**1.106.908**	**1.570.656**	**2.491.242**	**2.773.869**	**4.949.700**	**438.954**	**-**	**13.331.329**
Outros Ativos	**536.547**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**536.547**
Imobilizado de uso e intangível	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**47.038**	**47.038**
Total de Ativos	**7.624.710**	**1.678.113**	**2.661.783**	**4.954.292**	**7.968.409**	**551.335**	**47.038**	**25.485.680**

Ferramentas

	2016							
Passivos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Passivos Financeiros para Negociação	**48.900**	**39.949**	**35.458**	**610.666**	**68.507**	**22.051**	**-**	**825.531**
Derivativos	48.900	39.949	35.458	610.666	68.507	22.051	-	825.531
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**29.291**	**4.133**	**7.936**	**12.818**	**1.121.147**	**122.529**	**-**	**1.297.854**
Dívida Subordinada	29.291	4.133	6.444	12.818	902.741	-	-	955.427
Captações - Repasses no exterior	-	-	1.492	-	218.406	122.529	-	342.427
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**78.892**	**-**	**78.892**
Passivos Financeiros ao custo amortizado	**1.826.348**	**2.209.455**	**3.113.847**	**6.546.200**	**5.440.861**	**518.255**	**-**	**19.654.966**
Captações	**1.826.348**	**2.209.455**	**3.113.847**	**6.546.200**	**5.440.861**	**518.255**	**-**	**19.654.966**
Valores a pagar a bancos	1.287.650	1.512.649	2.203.828	3.613.633	2.932.176	413.411	-	11.963.347
Clientes	525.670	696.806	910.019	2.932.567	1.997.450	-	-	7.062.512
Dívida Subordinada	13.028	-	-	-	511.235	104.844	-	629.107
Outros Passivos	**634.316**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**634.316**
Tributários	372.905	-	-	-	-	-	-	372.905
Outros	261.411	-	-	-	-	-	-	261.411
Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.994.121**	**2.994.121**
Total de Passivos e Patrimônio Líquido	**2.538.855**	**2.253.537**	**3.157.241**	**7.169.684**	**6.630.515**	**741.727**	**2.994.121**	**25.485.680**

Ferramentas

	2015							
Ativos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	**46.781**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**46.781**
Aplicações no mercado aberto e em depósitos financeiros	**5.778.587**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.778.587**
Operações compromissadas	4.433.494	-	-	-	-	-	-	4.433.494
Depósitos em bancos privados	1.345.093	-	-	-	-	-	-	1.345.093
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	**203.367**	**83.658**	**524.179**	**138.812**	**1.250.114**	**106.870**	**-**	**2.307.000**
Títulos e valores mobiliários	-	-	119.685	108.574	1.217.608	105.220	-	1.551.087
Derivativos	203.367	83.658	404.494	30.238	32.506	1.650	-	755.913
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	**-**	**-**	**-**	**-**	**218.849**	**-**	**-**	**218.849**
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**-**	**2.311**	**11.329**	**1.034.350**	**90.235**	**99.709**	**-**	**1.237.934**
Títulos e valores mobiliários	-	2.311	11.329	1.034.350	90.235	99.709	-	1.237.934
Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento	**319.923**	**-**	**-**	**-**	**538.939**	**-**	**-**	**858.862**
Títulos e valores mobiliários	319.923	-	-	-	538.939	-	-	858.862
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	**1.201.293**	**1.646.000**	**1.972.156**	**2.563.931**	**4.714.340**	**291.971**	**-**	**12.389.691**
Outros Ativos	**857.105**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**857.105**
Imobilizado de uso e intangível	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**44.255**	**44.255**
Total de Ativos	**8.407.056**	**1.731.969**	**2.507.664**	**3.737.093**	**6.812.477**	**498.550**	**44.255**	**23.739.064**

Ferramentas

	2015							
Passivos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Passivos Financeiros para Negociação	**238.625**	**156.421**	**394.325**	**88.351**	**58.728**	**27**	**-**	**936.477**
Derivativos	238.625	156.421	394.325	88.351	58.728	27	-	936.477
Outros Passivos Financeiros ao valor justo no resultado	**27.391**	**3.579**	**7.761**	**10.974**	**1.640.099**	**31.877**	**-**	**1.721.681**
Dívida Subordinada	27.391	3.579	5.428	10.974	1.091.206	31.877	-	1.170.455
Captações - Repasses no exterior	-	-	2.333	-	548.893	-	-	551.226
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**11.291**	**-**	**11.291**
Passivos Financeiros ao custo amortizado								
Captações	**3.294.734**	**2.081.285**	**2.319.357**	**5.343.200**	**4.194.993**	**438.227**	**-**	**17.671.796**
Valores a pagar a bancos	2.690.692	1.949.749	1.604.034	3.029.999	1.828.803	-	-	11.103.277
Clientes	604.042	131.536	715.323	2.313.201	1.913.535	349.183	-	6.026.820
Dívida Subordinada	-	-	-	-	452.655	89.044	-	541.699
Outros Passivos	**763.846**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**763.846**
Tributários	234.786	-	-	-	-	-	-	234.786
Outros	529.060	-	-	-	-	-	-	529.060
Patrimônio Líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.633.973**	**2.633.973**
Total de Passivos e Patrimônio Líquido	**4.324.596**	**2.241.285**	**2.721.443**	**5.442.525**	**5.893.820**	**481.422**	**2.633.973**	**23.739.064**

Notas Explicativas

Risco de mercado

Descrição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas. Incluem-se neste conceito os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é exercida utilizando-se de informações internas que a Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle e monitora a exposição das carteiras, provê diariamente à Administração, à Tesouraria e a membros do Comitê Financeiro.

A Área de Gestão de Riscos, adicionalmente, elabora relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, devendo também divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão do risco de mercado e também participar do processo de aprovação de novos produtos ou atividades.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições das carteiras de negociação e de não negociação dentro dos limites determinados para sua atuação. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte, devendo sempre garantir que os limites estejam adequados ao apetite de risco e à conjuntura dos mercados e agir de imediato em caso de desenquadramento.

O apetite de risco é expresso na forma de limites, que são aprovados para cada ano-calendário, ou para períodos mais curtos se necessário; as instâncias aprovadoras são o Comitê Financeiro, o Comitê de Risco de Conselho e o *Asset and Liability Committee* e o *Board Risk Committee* do *Arab Banking Corporation*.

A estrutura de gestão do risco de mercado segue os padrões de governança do Banco. O reporte da Tesouraria é tal que garante independência em relação a outras áreas de negócio. O mesmo se dá com a Vice-Presidência de Gestão de Riscos, que reporta diretamente ao Diretor Presidente e ao Comitê de Risco do Conselho.

Notas Explicativas

Ferramentas

As principais ferramentas usadas na gestão do risco de mercado são:

- *Valor-ao-Risco (VaR ou "Value-at-Risk")*: Indicador que mede o valor em unidades monetárias da maior perda que uma carteira pode sofrer em dado período para um nível de confiança estatístico predeterminado. Pode ser calculado de diversas formas, mas basicamente leva em conta a distribuição de retornos das carteiras. A grande vantagem do indicador é permitir a comparação do risco de classes de ativos diferentes, levar em conta a correlação entre seus retornos e ser uma medida simples para estabelecimento de limites de exposição. Os relatórios diários gerados mostram o cálculo do VaR para os diversos fatores de risco e os diversos prazos (no caso de taxa de juros), ajudando na identificação de concentração de riscos nas carteiras e orientando as ações mais efetivas de gerenciamento da exposição. Posições devidamente hedgeadas, portanto, contribuem pouco para a magnitude do VaR, mesmo em mercados com alta volatilidade. O cálculo baseia-se em um modelo de VaR histórico com janela de observação de um ano, período de retenção de um dia e nível de confiança de 99%. O VaR, porém, como mencionado no item "testes de estresse" abaixo, desconsidera o impacto de eventos extremos, resultante de choques fortes que causem mudanças abruptas de preços e alteração no padrão de correlação de retornos;

- *Análise de sensibilidade (DV01)*: Indicador de renda fixa, mostra o ganho ou perda resultante do deslocamento paralelo de 1bp *(basis-point)* na estrutura a termo de taxa de juros. Também serve para indicar concentração de risco, levando em conta que o efeito da mudança dos juros é mais acentuado para prazos mais longos;

- *Testes de estresse*: Resultado da aplicação de cenários de crise nas carteiras. Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo adequado para considerar tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o necessário à reversão ou hedge das posições de risco. Permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, já que esta é desconsiderada no cálculo de VaR; e

- *Testes de aferição ("Back-testing")*: Testes em que se comparam os retornos diários das carteiras com as perdas máximas previstas pelo VaR com um dado nível de confiança. Por exemplo, se o VaR for com nível de confiança de 99%, nos restantes 1% das vezes espera-se perda ocorrida maior que o VaR calculado. O objetivo é se verificar a aderência do modelo usado para os cálculos de VaR.

Notas Explicativas

O valor calculado manteve-se dentro dos limites aprovados e apresentou o comportamento conforme segue:

	Médio	Máximo	Mínimo
2016	**7.210**	**9.400**	**5.369**
2015	5.071	8.538	3.219

O Banco divulga também quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as classes de risco de mercado considerados relevantes pela administração advindos de instrumentos financeiros, em atendimento a instrução de autoridades reguladoras (Instrução CVM nº 475). O quadro abaixo demonstra, na avaliação da administração, tanto o cenário mais provável, quanto dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e a alocação de capital segundo as regras de Basiléia II. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nestas mesmas variáveis. Tomou-se como base para a análise de cenários a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxa de juros e de câmbio em 31 de dezembro de 2016.

	Exposição		
	Cenário Provável	**Cenário II**	**Cenário III**
i) Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1)	7.601	8.580	11.083
Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2)	20.034	20.583	21.146
Exposição de Cupons de índices (RWAjur3)	13.808	14.936	15.973
Total da exposição a taxas de Juros	**41.443**	**44.099**	**48.202**
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição a taxas de Câmbio	**205**	**514**	**1.027**

Com respeito ao risco de taxa de juros da Carteira de Não negociação (Banking Book), o Banco aplica testes para garantir que a alocação de capital seja também suficiente para a cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, em 31 de dezembro de 2016, demonstravam uma exposição de R$ 53.956. Este resulta cálculo de um choque de taxa de juros aplicado a esta carteira. Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita logo anteriormente.

Notas Explicativas

Risco operacional

Descrição

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica de risco e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna. Esta última monitora as áreas operacionais, de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

Metodologia

O modelo de gestão do Risco Operacional prevê:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional por meio de instrumentos e sistemas de gestão;
- Mapeamento de processos de forma padronizada e organizada com base na estrutura da organização;
- Mapeamento de risco e controles estruturado de forma sistemática para cada processo mapeado (Matriz de Risco e Controle);
- Avaliação dos riscos e controles de acordo com metodologia interna da instituição e suporte de sistema eletrônico dedicado;
- Indicadores-chave de risco;
- Bases de dados de perdas e de incidentes de risco operacional; e
- Comunicação do risco operacional através dos instrumentos de gestão, sistemas ou fóruns específicos.

Notas Explicativas

27. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2016 apurado com base no Conglomerado prudencial é de 17,82% (16,18% em 2015). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 9,88% em 01 de janeiro de 2016 (11,00% até 31 de dezembro de 2015):

	2016	2015
Risco de crédito	1.840.652	1.996.397
Taxas de juros	41.443	70.287
Commodities	16.135	17.843
Ações	27	-
Risco operacional	101.208	85.242
Cambial	2.054	17.891
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**2.001.519**	**2.187.660**
Patrimônio de Referência - PR	**3.612.575**	**3.217.732**
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**1.611.056**	**1.030.072**

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 23).

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2016, corresponde a aproximadamente 100%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de fevereiro de 2017.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

Notas Explicativas

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) *Critérios de avaliação dos ativos*

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.

Notas Explicativas

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Notas Explicativas

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias.

c) *Critérios de avaliação dos passivos*

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) *Hedge Accounting*

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total (“hedge” de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de “hedge accounting”, a relação de proteção é terminada.

Notas Explicativas

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados nas Notas 5.b, 15.b e 16.b respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação (“Trading Book”) e das carteiras de não negociação (“Banking Book”) não possuem política específica para proteção (“Hedge Accounting”). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b).

e) *Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo*

Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

f) *Apuração das receitas e despesas*

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

Notas Explicativas

g) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

h) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

i) *Imposto de Renda e Contribuição Social*

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

Em 22 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675, convertida na lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a partir de 1º de setembro de 2015.

j) *Lucro por ação*

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Notas Explicativas

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2016	2015
Disponibilidades	**8.777**	**46.655**
Aplicações financeiras de liquidez	**4.360.392**	**4.920.165**
Aplicações em moedas estrangeiras	407.413	945.744
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	3.952.979	3.974.421
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4.369.169**	**4.966.820**

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez é composto por aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento até junho de 2017, no montante de R$ 4.657.643 (R$ 4.433.464 em 2015), aplicações em moedas estrangeiras de um dia útil, no montante de R$ 407.413 (R$ 945.745 em 2015) e aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimentos até agosto de 2017, no montante de R$ 712.630 (R$ 400.294 em 2015).

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são demonstradas como segue:

	2016				2015	
	Banco		Consolidado		Banco	Consolidado
	Custo	Mercado / Contábil	Custo	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.113.468	1.112.163	1.276.014	1.274.626	993.452	1.119.258
Eurobônus	15.020	14.601	15.020	14.601	135.839	135.839
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	208.996	209.964	208.996	209.964	136.351	136.351
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.096.135	1.113.913	1.096.135	1.113.913	-	-
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	56.329	56.360	84.419	84.449	53.036	73.228
Debêntures (b)	-	-	-	-	86.410	86.410
Subtotal - Títulos para negociação	**2.489.948**	**2.507.001**	**2.680.584**	**2.697.553**	**1.405.088**	**1.551.086**
Títulos disponíveis para venda (c)						
Eurobônus	27.466	25.861	27.466	25.861	23.082	23.082
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	83.747	81.606	83.747	81.606	95.719	95.719
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	28.487
Debêntures (b)	1.101.758	1.101.025	1.101.758	1.101.025	1.004.420	1.004.420
Notas Promissórias - NP	498.990	500.403	498.990	500.403	140.742	140.742
Cédula do Produtor Rural - CPR	168.533	171.215	168.533	171.215	117.842	117.842
Títulos públicos emitidos em outros países	1.331.258	1.332.082	1.331.258	1.332.082	759.366	759.366
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	130.528	130.528
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**3.211.752**	**3.212.192**	**3.211.752**	**3.212.192**	**2.271.699**	**2.300.186**
Títulos mantidos até o vencimento						
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	790.039	790.039	790.039	790.039	858.862	858.862
Subtotal - Mantidos até o vencimento	**790.039**	**790.039**	**790.039**	**790.039**	**858.862**	**858.862**
Total	**6.491.739**	**6.509.232**	**6.682.375**	**6.699.784**	**4.535.649**	**4.710.134**

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2016, ajuste positivo de R$ 26.155 (ajuste negativo de R$ 15.547 em 2015).

(b) Em 30 de junho de 2016 a Administração decidiu reclassificar os títulos no montante R$ 11.587 da categoria títulos para negociação para a categoria títulos disponíveis para venda em função das condições de liquidez desses ativos. Não houve quaisquer efeitos nos resultados.

(c) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para perdas dos títulos, no montante de R$ 98.748 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 37.929 em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R$ 440 (R$ 19.923 de perda em 2015), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” líquido do efeito tributário, no montante de R$ 242 (R$ 10.958 de perda em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R$ 3.141.119.

Notas Explicativas

As composições da carteira em 31 de dezembro de 2016, considerando o prazo de vencimento, são demonstradas como segue:

	Banco 2016						
	Até 1 Mês	**De 1 a 3 Meses**	**De 3 a 6 Meses**	**De 6 a 12 Meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	443.653	668.510	1.112.163
Eurobônus	-	-	-	-	-	14.601	14.601
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	80.033	-	71.917	58.014	209.964
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	1.113.913	-	1.113.913
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	34.164	22.196	-	-	-	56.360
Subtotal - Títulos para negociação	**-**	**34.164**	**102.229**	**-**	**1.629.483**	**741.125**	**2.507.001**
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	22.617	-	-	3.244	25.861
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	81.606	81.606
Debêntures	74.887	24.616	123.857	70.569	366.257	440.839	1.101.025
Notas Promissórias - NP	33.918	33.152	180.917	55.928	181.294	15.194	500.403
Cédula do Produtor Rural - CPR	-	-	20.042	5.911	123.164	22.098	171.215
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	1.332.082	-	-	1.332.082
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**108.805**	**57.768**	**347.433**	**1.464.490**	**670.715**	**562.981**	**3.212.192**
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	349.897	-	-	-	260.797	179.345	790.039
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	**349.897**	**-**	**-**	**-**	**260.797**	**179.345**	**790.039**
Total - 2016	**458.702**	**91.932**	**449.662**	**1.464.490**	**2.560.995**	**1.483.451**	**6.509.232**
Total - 2015	**548.133**	**65.226**	**242.386**	**1.119.545**	**885.765**	**1.674.594**	**4.535.649**

Notas Explicativas

	Consolidado						
	2016						
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	606.116	668.510	1.274.626
Eurobônus	-	-	-	-	-	14.601	14.601
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	80.033	-	71.917	58.014	209.964
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	1.113.913	-	1.113.913
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	38.397	22.196	23.856	-	-	84.449
Subtotal - Títulos para negociação	**-**	**38.397**	**102.229**	**23.856**	**1.791.946**	**741.125**	**2.697.553**
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	22.617	-	-	3.244	25.861
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	81.606	81.606
Debêntures	74.887	24.616	123.857	70.569	366.257	440.839	1.101.025
Notas Promissórias - NP	33.918	33.152	180.917	55.928	181.294	15.194	500.403
Cédula do Produtor Rural - CPR	-	-	20.042	5.911	123.164	22.098	171.215
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	1.332.082	-	-	1.332.082
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**108.805**	**57.768**	**347.433**	**1.464.490**	**670.715**	**562.981**	**3.212.192**
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	349.897	-	-	-	260.797	179.345	790.039
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	**349.897**	**-**	**-**	**-**	**260.797**	**179.345**	**790.039**
Total - 2016	**458.702**	**96.165**	**449.662**	**1.488.346**	**2.723.458**	**1.483.451**	**6.699.784**
Total - 2015	**548.133**	**65.226**	**252.540**	**1.147.974**	**885.765**	**1.810.496**	**4.710.134**

O Banco possui “Títulos vinculados à garantias” de suas operações que são demonstradas a seguir:

		Banco e Consolidado	
		Valor de mercado	
		2016	2015
Tipo de operação	**Títulos vinculados**		
Derivativos - BM&FBOVESPA e CBLC	LTN / NTN / CDB	442.748	517.967
Câmbio - BM&FBOVESPA	LTN	42.473	86.502
Captações em Letras de Crédito do Agronegócio	Cédula do Produtor Rural	234.597	117.842
Total		**719.818**	**722.311**

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Notas Explicativas

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à Administração.

A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica com nível de confiança de 99% e períodos de retenção de um dia para a carteira de negociação e vinte e um dias para a carteira de não negociação. Além dos controles de exposição e VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfólio.

Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A - Mercados Organizados e na Bolsa de Valores de Chicago.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de apreçamento.

- Futuros: cotações em Bolsas;
- Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado;
- *Swaps:* o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	2016				2015			
	Banco e Consolidado				Banco		Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / recebido (A pagar / pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	**7.320.104**	**-**	**-**	**-**	**9.475.713**	**-**	**9.500.728**	**-**
Compromisso de compra	**3.107.416**	**-**	**-**	**-**	**4.871.803**	**-**	**4.896.818**	**-**
Mercado interfinanceiro	1.891.720	-	-	-	4.063.324	-	4.088.339	-
Moeda estrangeira	1.213.863	-	-	-	808.479	-	808.479	-
Outros	1.833	-	-	-	-	-	-	-
Compromisso de venda	**4.212.688**	**-**	**-**	**-**	**4.603.910**	**-**	**4.603.910**	**-**
Mercado interfinanceiro	4.212.688	-	-	-	3.682.377	-	3.682.377	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	921.533	-	921.533	-
Posição ativa	**10.638.976**	**733.829**	**271.680**	**1.005.509**	**7.081.888**	**640.960**	**7.981.888**	**755.913**
Contratos de "*Swap*"	**1.590.247**	**68.975**	**4.822**	**73.797**	**921.549**	**57.830**	**921.549**	**57.830**
Mercado interfinanceiro	675.109	66.873	4.392	71.265	624.950	29.998	624.950	29.998
Moeda estrangeira	20.480	360	39	399	138.495	24.782	138.495	24.782
Prefixado	891.188	1.245	394	1.639	144.744	347	144.744	347
Outros	3.470	497	(3)	494	13.360	2.703	13.360	2.703
Contratos de opções	**7.241.104**	**475.219**	**264.525**	**739.744**	**4.463.904**	**264.537**	**5.363.904**	**379.490**
Compromisso de compra	**2.451.735**	**27.243**	**(24.542)**	**2.701**	**2.249.305**	**233.335**	**3.149.305**	**348.288**
Moeda estrangeira	2.448.619	26.916	(24.384)	2.532	1.800.605	231.206	2.700.605	346.159
Outros ativos financeiros	3.116	327	(158)	169	448.700	2.129	448.700	2.129
Compromisso de venda	**4.789.369**	**447.976**	**289.067**	**737.043**	**2.214.599**	**31.202**	**2.214.599**	**31.202**
Moeda estrangeira	2.524.327	446.879	289.733	736.612	1.862.500	30.754	1.862.500	30.754
Outros ativos financeiros	2.265.042	1.097	(666)	431	352.099	448	352.099	448
Outros instrumentos financeiros	**1.807.625**	**189.635**	**2.333**	**191.968**	**1.696.435**	**318.593**	**1.696.435**	**318.593**
Moeda estrangeira	1.241.672	162.408	3.237	165.645	908.335	295.106	908.335	295.106
Outros ativos financeiros	565.953	27.227	(904)	26.323	788.100	23.487	788.100	23.487

	2016				2015			
	Banco e Consolidado				Banco		Consolidado	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Posição passiva	**9.236.054**	**(827.765)**	**2.234**	**(825.531)**	**7.765.682**	**(811.516)**	**8.653.182**	**(936.477)**
Contratos de "*Swap*"	**495.094**	**(13.532)**	**(3.462)**	**(16.994)**	**1.053.790**	**(132.080)**	**1.053.790**	**(132.080)**
Mercado interfinanceiro	134.306	(4.142)	310	(3.832)	594.305	(25.841)	594.305	(25.841)
Moeda estrangeira	110.210	(7.551)	(2.313)	(9.864)	32.060	(103.939)	32.060	(103.939)
Prefixado	230.188	(597)	(1.171)	(1.768)	402.075	(138)	402.075	(138)
Outros	20.390	(1.242)	(288)	(1.530)	25.350	(2.162)	25.350	(2.162)
Contratos de opções	**7.246.724**	**(671.439)**	**11.161**	**(660.278)**	**4.061.792**	**(217.928)**	**4.949.292**	**(342.889)**
Compromisso de compra	**2.564.444**	**(98.986)**	**94.567**	**(4.419)**	**1.927.116**	**(197.841)**	**2.814.616**	**(322.802)**
Moeda estrangeira	2.558.884	(98.405)	94.538	(3.867)	1.905.105	(197.841)	2.792.605	(322.802)
Outros ativos financeiros	5.560	(581)	29	(552)	22.011	-	22.011	-
Compromisso de venda	**4.682.280**	**(572.453)**	**(83.406)**	**(655.859)**	**2.134.676**	**(20.087)**	**2.134.676**	**(20.087)**
Moeda estrangeira	2.420.084	(571.385)	(84.042)	(655.427)	1.813.250	(19.713)	1.813.250	(19.713)
Outros ativos financeiros	2.262.196	(1.068)	636	(432)	321.426	(374)	321.426	(374)
Outros instrumentos financeiros	**1.494.236**	**(142.794)**	**(5.465)**	**(148.259)**	**2.650.100**	**(461.508)**	**2.650.100**	**(461.508)**
Moeda estrangeira	897.081	(117.973)	(4.597)	(122.570)	1.736.490	(439.652)	1.736.490	(439.652)
Outros ativos financeiros	597.155	(24.821)	(868)	(25.689)	913.610	(21.856)	913.610	(21.856)

Notas Explicativas

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada no valor de US$ 264,9 milhões (US$ 271,1 milhões em 2015) (Nota 16.b) e obrigações por repasses do exterior no valor de US$ 103,6 milhões (US$ 140,0 milhões em 2015) (Nota 15.b) a administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

		Banco e Consolidado		
		2016		
Derivativos usados como "*hedge*" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**1.251.687**	**(78.757)**	**(76.099)**	**2.658**
Dívida Subordinada	**896.310**	**(56.561)**	**(57.291)**	**(730)**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	896.310	(56.561)	(57.291)	(730)
Obrigações por repasses no exterior	**355.377**	**(22.196)**	**(18.808)**	**3.388**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (1)	213.017	1.620	2.793	1.173
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (1)	142.360	(23.816)	(21.601)	2.215
Objeto de "*Hedge*"	**1.216.882**	**(1.216.882)**	**(1.219.540)**	**(2.658)**
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	877.843	(877.843)	(877.113)	730
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	339.039	(339.039)	(342.427)	(3.388)

(2) Valores atualizados até a data do balanço.

		Banco e Consolidado		
		2015		
Derivativos usados como "*hedge*" de valor justo	**Valor referencial dos contratos (1)**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**1.751.919**	**196.427**	**207.558**	**11.131**
Dívida Subordinada	**1.278.170**	**129.163**	**137.989**	**8.826**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	812.514	131.253	149.280	18.027
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (2)	465.656	(2.090)	(11.291)	(9.201)
Obrigações por repasses no exterior	**473.749**	**67.264**	**69.569**	**2.305**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	473.749	67.264	69.569	2.305
Objeto de "*Hedge*"	**1.625.494**	**(1.625.494)**	**(1.636.625)**	**(11.131)**
Dívida Subordinada (Nota 16.b)	1.076.573	(1.076.573)	(1.085.399)	(8.826)
Obrigações por repasses no exterior (Nota 15.b)	548.921	(548.921)	(551.226)	(2.305)

(3) De acordo com o previsto na documentação de *hedge accounting* foram Incluídos novos instrumentos financeiros derivativos acionados após "*reset*" do *hedge* cujo valor referencial dos contratos em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 1.278.170, valores atualizados até a data do balanço.

(4) Valores atualizados até a data do balanço.

Notas Explicativas

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (dívida subordinada e obrigações por repasses no exterior) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, têm a seguinte composição:

	2016							2015	
	Banco e Consolidado							Banco	Consolidado
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total
Compensação									
Contratos de futuros	1.183.964	1.279.101	582.289	1.688.967	2.430.739	155.044	7.320.104	9.475.713	9.500.728
Contratos de opção	4.553.091	70.855	69.466	9.780.216	14.200	-	14.487.828	8.525.696	10.313.196
Contratos de "*Swap*"	224.823	591.924	484.939	371.068	607.965	1.056.309	3.337.028	3.727.258	3.727.258
Outros instrumentos financeiros	411.473	1.040.789	685.409	957.706	206.484	-	3.301.861	4.346.535	4.346.535
Total - 2016	**6.373.351**	**2.982.669**	**1.822.103**	**12.797.957**	**3.259.388**	**1.211.353**	**28.446.821**	**-**	**-**
Total - 2015	**5.281.372**	**3.025.241**	**9.686.273**	**3.560.319**	**2.487.669**	**2.034.328**	**-**	**26.075.202**	**27.887.717**
Posição ativa									
Contratos de opção	-	337	671	738.736	-	-	739.744	264.537	379.490
Contratos de "*Swap*"	54	6.031	3.062	46.889	20.375	179	76.590	276.679	276.679
Outros instrumentos financeiros	41.194	62.691	37.305	36.847	13.931	-	191.968	318.593	318.593
Total - 2016	**41.248**	**69.059**	**41.038**	**822.472**	**34.306**	**179**	**1.008.302**	**-**	**-**
Total - 2015	**203.330**	**83.674**	**289.563**	**30.237**	**98.891**	**154.114**	**-**	**859.809**	**974.762**
Posição passiva									
Contratos de opção	-	(452)	(2.051)	(657.387)	(388)	-	(660.278)	(217.928)	(342.889)
Contratos de "*Swap*"	(1.505)	(2.150)	(2.937)	(5.054)	(4.376)	(79.864)	(95.886)	(143.371)	(143.371)
Outros instrumentos financeiros	(46.181)	(37.521)	(30.301)	(28.324)	(5.932)	-	(148.259)	(461.508)	(461.508)
Total - 2016	**(47.686)**	**(40.123)**	**(35.289)**	**(690.765)**	**(10.696)**	**(79.864)**	**(904.423)**	**-**	**-**
Total - 2015	**(238.624)**	**(156.422)**	**(269.364)**	**(88.352)**	**(58.632)**	**(11.413)**	**-**	**(822.807)**	**(947.768)**

Os instrumentos financeiros derivativos não cotados onde o processo de precificação é substancialmente baseado na utilização de julgamentos e estimativas tem os montantes registrados no Ativo de R$ 247.825 e no Passivo de R$ 238.583.

Notas Explicativas

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim compostos:

	2016				2015	
	Banco			Consolidado	Banco	Consolidado
	Receitas	Despesas	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Swaps	1.090.072	(1.384.485)	(294.413)	(294.413)	210.606	210.606
Futuros	4.126.884	(4.788.846)	(661.962)	(660.420)	1.104.551	1.105.560
Opções	985.323	(964.791)	20.532	19.364	19.371	18.777
Compra / Venda a termo	986.473	(750.559)	235.914	235.914	(184.812)	(184.812)
Total	**7.188.752**	**(7.888.681)**	**(699.929)**	**(699.555)**	**1.149.716**	**1.150.131**

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1)	7.601	8.580	11.083
Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2)	20.034	20.583	21.146
Exposição de Cupons de índices (RWAjur3)	13.808	14.936	15.973
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 27)	**41.443**	**44.099**	**48.202**
ii)Taxas de Câmbio			
Total da exposição a taxas de Câmbio	**205**	**514**	**1.027**

i) *Taxas de juros:*

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de “Negociação” (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Notas Explicativas

Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxas de juros em 31 de dezembro de 2016 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

ii) *Taxas de câmbio:*

A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.568/11. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 31 de dezembro de 2016.

iii) *Carteira de Não Negociação (Banking Book):*

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de “stress” cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as praticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro de 2016 demonstravam uma exposição de R$ 53.956, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. Relações interfinanceiras

A composição da rubrica relações interfinanceiras representam o montante de R$ 1.515 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 210 em 2015), representados basicamente por Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central, no montante de R$ 1.515 (R$ 126 em 2015) e Outros - Pagamentos e recebimentos a liquidar, no montante de R$ 84 em 2015.

Notas Explicativas

7. Carteira de crédito, garantias prestadas e responsabilidades

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

Carteira por modalidade:

	Banco e Consolidado	
	2016	2015
Operações de crédito		
Empréstimos	4.932.155	5.435.721
Financiamentos	3.797.868	4.411.214
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.737.815	1.021.871
Operações de crédito cedidas	-	5.352
Subtotal - Operações de crédito	**10.467.838**	**10.874.158**
Outros créditos com características de concessão de crédito		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	373.467	203.733
Títulos e créditos a receber	792.189	336.678
Outros	31.414	73.249
Subtotal - Outros créditos com características de concessão de crédito	**1.197.070**	**613.660**
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	**11.664.908**	**11.487.818**
Garantias financeiras prestadas (b)	**9.222.441**	**8.537.435**
Total da carteira	**20.887.349**	**20.025.253**

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R$ 365.670 (R$ 202.660 em 2015), demonstrado como redutor de Outras obrigações (Nota 9) acrescido de R$ 7.797 (R$ 6.065 em 2015) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9).

(b) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R$ 36.746 (R$ 16.634 em 31 de dezembro de 2015) - Nota 16.c.

Carteira por setor de atividade:

	Banco e Consolidado					
	2016			2015		
	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total	Operações de crédito	Garantias financeiras prestadas	Total
Setor privado						
Intermediários financeiros	125.614	2.200.335	2.325.949	210.782	2.163.133	2.373.915
Indústria	3.884.969	1.169.932	5.054.901	3.344.116	1.305.618	4.649.734
Comércio	1.745.357	993.951	2.739.308	1.631.274	1.563.867	3.195.141
Serviços	5.649.078	3.958.720	9.607.798	5.889.145	2.824.866	8.714.011
Pessoas físicas	193.413	54.742	248.155	313.359	50.070	363.429
Subtotal - Setor privado	**11.598.431**	**8.377.680**	**19.976.111**	**11.388.676**	**7.907.554**	**19.296.230**
Setor público	**66.477**	**844.761**	**911.238**	**99.142**	**629.881**	**729.023**
Total da carteira	**11.664.908**	**9.222.441**	**20.887.349**	**11.487.818**	**8.537.435**	**20.025.253**

Notas Explicativas

Os saldos das operações de crédito, garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado							
	2016							
	A vencer							
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Operações de crédito	683.707	1.126.449	1.762.566	2.528.487	3.491.621	829.643	45.365	10.467.838
Outros créditos	298.527	408.273	309.673	126.265	9.567	7.155	37.610	1.197.070
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	**982.234**	**1.534.722**	**2.072.239**	**2.654.752**	**3.501.188**	**836.798**	**82.975**	**11.664.908**
Garantias financeiras prestadas	**556.731**	**1.426.011**	**2.263.299**	**3.647.410**	**1.273.207**	**55.783**	**-**	**9.222.441**
Total - 2016	**1.538.965**	**2.960.733**	**4.335.538**	**6.302.162**	**4.774.395**	**892.581**	**82.975**	**20.887.349**
Total - 2015	**1.805.943**	**2.826.078**	**3.972.857**	**5.734.921**	**4.658.476**	**905.198**	**121.780**	**20.025.253**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e Resolução nº 3.895/10, as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo:

(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R$ 3.218 (R$ 43.020 em 2015), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi negativo de R$ 99 (resultado positivo de R$ 2.773 em 2015).

(ii) Com retenção substancial de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2016, no Banco e Consolidado, não foram realizadas operações de cessão de créditos com coobrigação. Não existe saldo referente ao ativo financeiro objeto da venda ou transferência em 31 de dezembro de 2016 (Em 31 de dezembro de 2015 foi representado por R$ 5.352 e o saldo do passivo da obrigação assumida é de 5.367) registrado na rubrica - Outras obrigações - Diversas (Nota 16.c).

As receitas do ativo financeiro objeto de venda ou transferência totalizaram R$ 112 (R$ 4.111 em 2015) e as despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão totalizaram R$ 68 (R$ 3.304 em 2015).

Notas Explicativas

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

	Banco e Consolidado			
	2016		2015	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	714.067	3,42	532.118	2,66
10 maiores devedores	3.948.821	18,91	3.623.374	18,09
20 maiores devedores	5.775.898	27,65	5.357.175	26,75

(1) total da carteira incluindo garantias financeiras prestadas.

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos

As carteiras de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim distribuídos:

		Banco e Consolidado			
		2016			
		Total das operações			Provisão
Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	446.441	-	446.441	-
A	0,5%	4.425.135	-	4.425.135	22.126
B	1,0%	4.307.518	27	4.307.545	43.075
C	3,0%	1.784.200	15.418	1.799.618	53.989
D	10,0%	151.349	12.918	164.267	16.427
E	30,0%	305.268	3.052	308.320	98.281
F	50,0%	127.809	2.857	130.666	65.333
G	70,0%	5.528	790	6.318	4.422
H	100,0%	28.685	47.913	76.598	76.598
Provisão adicional (*)		-	-	-	50.000
Total		**11.581.933**	**82.975**	**11.664.908**	**430.251**

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

		Banco e Consolidado			
		2015			
		Total das operações			Provisão
Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	404.222	-	404.222	-
A	0,5%	4.154.571	-	4.154.571	20.773
B	1,0%	5.045.791	1.492	5.047.283	50.473
C	3,0%	1.357.638	8.457	1.366.095	40.983
D	10,0%	176.674	2.225	178.899	23.078
E	30,0%	182.494	27.026	209.520	62.856
F	50,0%	13.806	19.142	32.948	16.474
G	70,0%	21.109	45.803	66.912	46.838
H	100,0%	9.733	17.635	27.368	27.368
Provisão adicional (*)		-	-	-	50.000
Total		**11.366.038**	**121.780**	**11.487.818**	**338.843**

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico e as incertezas a ele associadas.

Notas Explicativas

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos tiveram as seguintes movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Banco e Consolidado			
	2016			2015
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Total
Saldos no início do exercício	251.736	87.107	338.843	228.144
Constituição / (Reversão)	158.899	50.802	209.701	168.593
Provisão adicional	-	-	-	50.000
Variação cambial de saldo	(8.202)	-	(8.202)	21.157
Classificados como resultados de exercícios futuros	-	669	669	997
Créditos compensados como prejuízo	(87.064)	(23.696)	(110.760)	(130.048)
Saldos no final do exercício	**315.369**	**114.882**	**430.251**	**338.843**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de créditos renegociados é de R$ 639.041 (R$ 496.337 em 2015), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 404.781 (R$ 306.798 em 2015).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 14.765 (R$ 5.325 em 2015).

9. Carteira de câmbio

Os saldos das carteiras de câmbio estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2016	2015
Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar - CCL	480.994	327.063
Provisão sobre variação cambial de CCL	(36)	(1.118)
Direitos sobre vendas de câmbio	90.825	369.003
Adiantamentos recebidos	(2.683)	(6.795)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	7.797	6.065
Total	**576.897**	**694.218**
Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	87.755	492.541
Obrigações por compra de câmbio	495.496	289.572
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	(365.670)	(202.660)
Total	**217.581**	**579.453**

Notas Explicativas

10. Outros créditos

a) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

b) As composições de outros créditos diversos estão assim demonstradas:

	Banco		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Créditos tributários (Nota 21)	406.995	453.666	407.027	453.904
Devedores por compra de valores e bens	14.469	-	14.469	-
Devedores por depósitos em garantia	18.465	110.000	18.465	110.000
Impostos e contribuições a compensar	62.433	47.629	65.217	51.054
Títulos e créditos a receber	786.750	337.715	786.750	337.715
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	1.086	44.511	1.086	44.511
Outros	1.536	1.931	1.544	1.934
Total	**1.291.734**	**995.452**	**1.294.558**	**999.118**

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

11. Investimentos

	ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	**ABC Brasil Administração e Participações Ltda.**	**2016**	**2015**
			Total	**Total**
Capital social	50.002	55.632		
Patrimônio líquido	91.166	93.571		
Resultado do exercício	6.219	7.947		
Nº. de ações ordinárias possuídas	24.980.054	-		
Nº. de ações preferenciais possuídas	24.980.055	-		
Nº. de cotas possuídas	-	55.631.814		
% de participação	100,00	99,99		
Valor contábil	91.166	93.571	**184.737**	**170.571**
Equivalência patrimonial	6.219	7.947	**14.166**	**12.812**

12. Imobilizado, diferido e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

13. Depósitos

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco							Consolidado	
	2016						2015	2016	2015
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	42.615	-	-	-	-	42.615	70.312	42.359	69.277
Depósitos interfinanceiros	-	43.540	429.269	5.548	-	478.357	319.200	478.357	319.200
Depósitos a prazo	-	1.161.338	3.114.201	491.960	51.884	4.819.383	4.205.719	4.819.383	4.205.719
Total - 2016	**42.615**	**1.204.878**	**3.543.470**	**497.508**	**51.884**	**5.340.355**	**-**	**5.340.099**	**-**
Total - 2015	**70.312**	**1.825.342**	**2.402.635**	**294.773**	**2.169**	**-**	**4.595.231**	**-**	**4.594.196**

14. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2016					2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	198.306	525.784	163.149	-	887.239	1.010.443
Letras de crédito do agronegócio	361.467	909.704	1.007.295	1.552	2.280.018	1.566.839
Letras financeiras	621.606	655.351	1.695.113	985	2.973.055	2.340.412
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	-	-	-	138.218
Captações por certificados de operações estruturadas	10.703	6.725	102	-	17.530	1.280
Total - 2016	**1.192.082**	**2.097.564**	**2.865.659**	**2.537**	**6.157.842**	**-**
Total – 2015	**1.062.011**	**2.354.360**	**1.625.024**	**15.797**	**-**	**5.057.192**

Notas Explicativas

15. Obrigações por empréstimos e repasses

a) As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2016					2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Obrigações por empréstimos						
No exterior	1.267.580	2.769.229	27	4	4.036.840	4.371.543
Obrigações por repasses - País						
BNDES	117.876	364.676	472.777	196.124	1.151.453	1.170.685
FINAME	58.823	149.416	274.914	200.387	683.540	886.179
Outras instituições	121.487	130.823	17.546	-	269.856	143.110
Obrigações por repasses - Exterior	-	606.361	817.057	287.549	1.710.967	1.372.690
Total - 2016	**1.565.766**	**4.020.505**	**1.582.321**	**684.064**	**7.852.656**	**-**
Total - 2015	**2.029.057**	**3.212.499**	**1.988.105**	**714.546**	**-**	**7.944.207**

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank, IIC - Inter-American Investment Corporation e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

Notas Explicativas

b) As composições dos saldos das obrigações por repasses do exterior em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são assim demonstradas:

	Banco e Consolidado	
	2016	**2015**
Obrigações por repasses do exterior		
Objeto de "Hedge accounting"		
Valor do principal US$ 66,7 milhões (US$ 100,0 em 2015)	217.233	390.420
Valor do principal US$ 36,9 milhões (US$ 40,0 em 2015)	120.314	156.168
Juros provisionados	1.492	2.333
Subtotal	**339.039**	**548.921**
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Notas 2.II.d e 5.b	3.388	2.305
Total	**342.427**	**551.226**
Outras obrigações por repasses do exterior	1.368.540	821.464
Total	**1.710.967**	**1.372.690**

As captações de obrigações por repasses no exterior objeto de *hedge accounting*, nos valores de US$ 66,7 milhões (US$ 100,0 milhões em 2015) com vencimento em novembro de 2018, possui juros de 2,9% pagos semestralmente e US$ 36,9 milhões (US$ 40,0 milhões em 2015) com vencimento em novembro de 2022, possui juros de 4,6% pagos semestralmente.

16. Outras obrigações

a) Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	122.533	24.005	131.297	31.859
Impostos e contribuições a recolher	53.589	61.627	53.693	61.756
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21)	224.097	160.490	224.097	160.490
Total	**400.219**	**246.122**	**409.087**	**254.105**

Notas Explicativas

b) Dívidas subordinadas:

As composições dos saldos das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	
	2016	**2015**
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas Subordinadas no Exterior US$ 264,9 milhões (US$ 271,1 milhões em 2015)	955.427	1.170.455
Subtotal	**955.427**	**1.170.455**
Outras dívidas subordinadas		
Letras Financeiras	337.544	187.645
Notas Subordinadas no Exterior US$ 79,5 milhões (US$ 79,8 milhões em 2015)	271.755	329.625
Subtotal	**609.299**	**517.270**
Total dívidas subordinadas	**1.564.726**	**1.687.725**

Os saldos das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2016 e 2015 estão assim compostos:

	Banco e Consolidado	
	2016	**2015**
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas subordinadas no Exterior		
Valor do principal US$ 244,9 milhões (US$ 251,1 milhões em 2015)	798.147	981.073
Valor do principal US$ 20,0 milhões (US$ 20,0 milhões em 2015)	65.182	77.901
Juros provisionados	15.960	19.966
Deságio	(1.446)	(2.367)
Subtotal	**877.843**	**1.076.573**
Despesa de captação diferida	(2.876)	(3.991)
Resultado do *hedge accounting* diferido (1)	84.082	93.781
Deságio	(2.892)	(4.734)
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	(730)	8.826
Total	**955.427**	**1.170.455**

(1) Instrumentos financeiros acionados pelo "*reset*" amortizados pelo prazo remanescente da dívida subordinada.

	Banco e Consolidado	
	2016	**2015**
Outras dívidas subordinadas		
Notas Subordinadas no Exterior US$ 79,5 milhões (US$ 79,8 milhões em 2015)	259.164	311.603
Ágio	8.254	12.921
Despesa de captação diferida	(462)	(476)
Juros provisionados	4.799	5.577
Total	**271.755**	**329.625**

Notas Explicativas

A captação de recursos no exterior, objeto de hedge accounting, no valor de US$ 300,0 milhões, com principal de US$ 264,9 milhões em dezembro de 2016 (US$ 271,1 em 2015) e com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no Exterior no valor de US$ 100,0 milhões, com principal de US$ 79,5 milhões em dezembro de 2016 (US$ 79,8 em 2015) com mesmo vencimento e taxas de juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US$ 6.580. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra é de US$ 6.242.

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US$ 49.002. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra é de US$ 43.858.

O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R$ 337.544, referente a captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até outubro de 2026 com taxas de juros de 8,3% a 9,3% + IPCA, de 2,7% a 3,2% + CDI, prefixadas de 15,5% a 20,3% e CDI de 119,0% a 130,0%.

Todas as captações em dívidas subordinadas estão autorizadas pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.192/13 a comporem o nível II do Patrimônio de Referência do Banco - PR, exceto o valor do ágio na captação de outras dívidas subordinadas no valor de R$ 8.254.

Notas Explicativas

c) Outras obrigações diversas:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações por operações vinculadas às cessões	-	5.367	-	5.367
Provisão para pagamentos a efetuar	73.787	65.369	73.814	65.435
Credores diversos - País	63	177	63	177
Provisão para contingências (Nota 25)	38.029	85.334	38.029	85.334
Provisão para garantias financeiras prestadas	36.746	16.634	36.746	16.634
Valores a pagar	-	29	-	-
Total	**148.625**	**172.910**	**148.652**	**172.947**

As garantias financeiras prestadas estão sujeitas a encargos e contragarantias e são contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das garantias financeiras prestadas estão assim compostas:

	Banco e Consolidado			
	2016		2015	
Tipo de garantia	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Fianças prestadas a clientes	9.212.628	36.687	8.537.435	16.634
Créditos abertos para importação	9.813	59	-	-
Total	**9.222.441**	**36.746**	**8.537.435**	**16.634**

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado			
	2016		2015	
Nível de risco	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	6.360.400	-	6.559.541	-
A	1.390.781	6.954	1.240.542	6.202
B	1.200.350	12.003	652.762	6.528
C	164.585	4.938	78.288	2.349
D	100.779	10.078	1.679	168
E	-	-	4.623	1.387
F	5.546	2.773	-	-
Total	**9.222.441**	**36.746**	**8.537.435**	**16.634**

17. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2016	2015
Rendas de garantias prestadas	199.038	150.537
Rendas de tarifas com operações de crédito	13.494	8.167
Rendas de cobranças	12.530	10.375
Rendas de tarifas bancárias	8.698	8.037
Rendas de comissões e colocação de títulos	22.095	21.250
Rendas de outros serviços	708	720
Total	**256.563**	**199.086**

Notas Explicativas

18. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Serviços de terceiros	7.639	6.709	7.242	6.358
Serviços do sistema financeiro	17.010	14.413	17.274	14.609
Aluguéis	11.696	8.732	11.696	8.732
Serviços técnicos especializados	14.535	14.774	14.602	14.862
Processamento de dados	10.431	10.153	10.431	10.153
Comunicações	3.193	3.351	3.201	3.393
Despesas de viagem	6.031	6.356	6.031	6.356
Depreciações e amortizações	9.424	8.604	9.424	8.604
Promoções e relações públicas	953	1.190	953	1.190
Publicações	234	128	259	213
Contribuições filantrópicas	711	93	841	93
Transportes	2.075	2.150	2.075	2.150
Manutenção e conservação de bens	1.928	2.731	1.928	2.731
Água, energia e gás	575	640	575	640
Materiais	446	432	446	432
Seguros	514	478	514	478
Propaganda e publicidade	2.475	2.337	2.475	2.337
Condomínio	2.702	2.508	2.702	2.508
Emolumentos legais e cartorários	1.526	1.607	1.526	1.607
Outras	10.289	6.157	10.392	6.254
Total	**104.387**	**93.543**	**104.587**	**93.700**

19. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Juros e atualização monetária de ativos	7.140	8.981	7.140	8.981
Recuperação de encargos e despesas	1.397	171	1.400	171
Variação cambial	-	326.939	-	326.939
Outras recuperações	5.000	-	5.000	-
Outras receitas	5.641	3.184	5.641	3.184
Total	**19.178**	**339.275**	**19.181**	**339.275**

20. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2016	2015
Constituição de provisões	26.393	35.377
Comissões vinculadas a operações	384	470
Descontos concedidos	5.352	4.278
Variação cambial	186.688	-
Outras despesas	4.160	1.255
Total	**222.977**	**41.380**

Notas Explicativas

21. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstradas a seguir:

	Dezembro de 2015	Adições	Baixas	Dezembro de 2016
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	140.426	198.404	(152.596)	186.234
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	222.494	70.269	(181.698)	111.065
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	13.402	12.157	(10.663)	14.896
Outros	67.015	40.577	(21.288)	86.304
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	10.329	6.349	(8.182)	8.496
	453.666	**327.756**	**(374.427)**	**406.995**
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(142.506)	(198.618)	133.460	(207.664)
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(14.612)	(5.683)	14.056	(6.239)
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(1.361)	(8.649)	1.319	(8.691)
Ajuste decorrente do Regime Transitório de Tributação - RTT (1)	(2.011)	-	508	(1.503)
	(160.490)	**(212.950)**	**149.343**	**(224.097)**
Saldo líquido	**293.176**	**114.806**	**(225.084)**	**182.898**

(1) vide nota 2.II.i) sobre práticas contábeis.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, ajuste ao valor de mercado disponível para venda no valor de R$ 32 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 238 em 31 de dezembro de 2015).

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como seguem:

	Banco		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 10.b)	406.995	453.666	407.027	453.904
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 16.a)	(224.097)	(160.490)	(224.097)	(160.490)
Total	**182.898**	**293.176**	**182.930**	**293.414**

Notas Explicativas

As realizações dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2016 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura são demonstradas como segue:

	Banco			Consolidado
Exercício	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**	**Líquido**
2017	269.292	(198.363)	70.929	70.929
2018	78.089	(9.213)	68.876	68.876
2019	25.836	(6.567)	19.269	19.301
2020	10.724	(2.143)	8.581	8.581
2021	7.239	(1.289)	5.950	5.950
Acima de 5 anos	15.815	(6.522)	9.293	9.293
Total	**406.995**	**(224.097)**	**182.898**	**182.930**
Valor presente - Selic	**335.923**	**(192.660)**	**143.263**	**143.285**

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstradas a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	597.614	164.138	606.584	171.780
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	268.926	68.905	278.024	76.598
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	(101.115)	194.129	(101.321)	194.340
Efeito do aumento da alíquota da CSLL no crédito tributário	-	(26.661)	-	(26.661)
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	47.626	(149.488)	41.303	(154.817)
Resultados de participações societárias	(6.375)	(5.329)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(84.827)	(56.937)	(84.827)	(56.937)
Outros valores	(34.293)	(37.263)	(34.473)	(37.314)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	**89.942**	**(12.644)**	**98.706**	**(4.791)**
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no exercício	204.301	156.437	204.485	156.437
Passivos fiscais realizados no exercício	(148.024)	(68.653)	(148.208)	(68.653)
Créditos tributários constituídos no exercício	(321.407)	(393.473)	(321.434)	(393.699)
Créditos tributários realizados no exercício	366.245	111.560	366.478	111.575
Total dos impostos e contribuições diferidos	**101.115**	**(194.129)**	**101.321**	**(194.340)**
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	**191.057**	**(206.773)**	**200.027**	**(199.131)**

Notas Explicativas

22. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

			2016		2015	
Operações / Partes relacionadas	**Grau de relação**	**Prazos até**	**Ativo / (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**	**Ativo / (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**
Depósitos à vista						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/ Vencto.	(102)	-	(219)	-
ABC Brasil DTVM S.A.	Controlada	S/ Vencto.	(155)	-	(816)	-
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	(27)	-	(12)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda.	Ligada	-	-	-	(645)	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	13/02/2017	(121)	(6)	(1.901)	-
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	18/04/2016	-	(657)	(173.754)	(4.854)
Administradores		Diversos	(28.444)	(3.731)	(31.699)	(2.367)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	17/08/2017	(826.838)	(11.746)	(420.179)	(687)
Dividendos e juros sobre o capital						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	31/12/2016	(50.036)	-	(39.019)	-
Outras obrigações - Prestação de serviços						
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda.	Controlada	08/01/2017	-	(400)	(29)	(354)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e

no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma “diferida” observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil S.A., dos últimos 20 pregões do exercício.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão assim compostas:

	2016	2015
Remuneração Fixa	21.234	18.695
Remuneração Variável	27.374	27.153
Total de benefícios de curto prazo	**48.608**	**45.848**
Remuneração baseada em ações	31.049	29.513
Total de benefícios de longo prazo	**31.049**	**29.513**
Total	**79.657**	**75.361**

Notas Explicativas

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 22.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2015	Novos	Ações entregues	Dezembro de 2016
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	227.244	-	(227.244)	-
3º	30/08/2013 - 30/08/2016	272.634	-	(272.634)	-
4º	28/11/2013 - 28/11/2016	10.610	-	(10.610)	-
5º	25/02/2014 - 25/02/2016	281.988	-	(281.988)	-
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	-	-	281.988
6º	29/08/2014 - 29/08/2016	225.435	-	(225.435)	-
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.435	-	-	225.435
7º	24/02/2015 - 24/02/2016	295.161	-	(295.161)	-
7º	24/02/2015 - 24/02/2017	295.161	-	-	295.161
7º	24/02/2015 - 24/02/2018	295.161	-	-	295.161
8º	20/08/2015 - 20/08/2016	311.546	-	(311.546)	-
8º	20/08/2015 - 20/08/2017	311.546	-	-	311.546
8º	20/08/2015 - 20/08/2018	311.546	-	-	311.546
9º	24/02/2016 - 24/02/2017	-	466.707	-	466.707
9º	24/02/2016 - 24/02/2018	-	466.701	-	466.701
9º	24/02/2016 - 24/02/2019	-	466.698	-	466.698
10º	23/08/2016 - 23/08/2017	-	265.525	-	265.525
10º	23/08/2016 - 23/08/2018	-	265.525	-	265.525
10º	23/08/2016 - 23/08/2019	-	265.525	-	265.525
Total		**3.345.455**	**2.196.681**	**(1.624.618)**	**3.917.518**

Notas Explicativas

23. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são demonstrados como seguem:

	2016		2015	
	US$	R$	US$	R$
Ativos				
Disponibilidades	1.078	3.513	4.790	18.703
Aplicações interfinanceiras de liquidez	99.413	323.995	222.203	867.660
TVM e instrumentos financeiros derivativos	46.103	150.254	114.511	447.144
Operações de crédito - Líquido	520.490	1.696.329	681.032	2.659.294
Outros créditos e valores e bens	6.622	21.583	15.826	61.796
Total	**673.706**	**2.195.674**	**1.038.362**	**4.054.597**
Passivos				
Depósitos à vista	84	274	86	334
Depósitos a prazo	26.954	87.846	274.138	1.070.454
Recursos de aceites	-	-	35.397	138.218
Obrigações por empréstimos no exterior	1.157.698	3.773.055	1.068.070	4.170.602
Instrumentos financeiros derivativos	27.362	89.174	82.102	320.592
Outras obrigações	270	879	219	854
Total	**1.212.368**	**3.951.228**	**1.460.012**	**5.701.054**

24. Participações nos lucros

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

Notas Explicativas

25. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais

O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores cujo detalhamento das principais causas são os seguintes:

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC Brasil Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R$ 10.229.

Imposto sobre serviços ("ISS") - 1994 a 2003

Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003. Tais valores correspondem a R$ 1.901.

Multa de ofício Imposto sobre serviços ("ISS") - 2008 a 2011

Trata-se de processo administrativo onde o Banco discute o lançamento de multa de ofício de 50%, nos Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, referente ao ISS de rendas de garantias prestadas do período de 2008 a 2011. A multa foi lançada sobre valores cuja exigibilidade estava suspensa pois vinculados ao Mandado de Segurança onde se questiona a incidência deste tributo. O valor envolvido é de R$ 11.863.

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2012 no valor de R$ 183.686.

Compensações não homologadas

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R$ 3.465.

Notas Explicativas

IRPJ/CSSL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSSL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R$ 4.916.

IRPJ/CSSL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 à 2012

Trata-se de cobrança de IRPJ e CSSL, incidentes sobre dedutibilidade de PLR pagos a diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Aguardando julgamento da impugnação ao Auto de Infração. O valor da exigência monta a R$ 66.918.

CND - Certidão positiva com efeitos de negativa

Trata-se de depósito judicial realizado em Mandado de Segurança para possibilitar a emissão de CND. Em setembro 2016 o Banco iniciou a discussão na esfera administrativa a fim de cancelar os débitos exigidos de forma indevida e por conseguinte reaver o valor depositado judicialmente. O valor da discussão é de R$ 5.554.

b) Obrigações legais

ISS - Imposto sobre serviços

Mandado de Segurança visando suspender a exigibilidade do ISS sobre atividades de prestação de avais e fianças relativo ao período de 2007 a 2016. Em junho de 2016, foi prolatada decisão desfavorável ao Banco ABC Brasil S.A. pela Corte Suprema. O Banco recorreu de tal decisão, mas, novamente o julgamento foi desfavorável. Não existem mais possibilidades de recurso, assim, encerrou-se a discussão de mérito da causa. O valor provisionado era de R$ 53.586 que foi baixado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

c) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2016, as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R$ 8.993 (Nota 25.e). As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizavam R$ 13.178 e não foram provisionadas.

d) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2016, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R$ 960 (Nota 25.e). As ações cíveis classificadas como perda possível totalizavam R$ 5.198 e não foram provisionadas.

Notas Explicativas

e) Movimentação das provisões constituídas:

	Banco e Consolidado				
	Fiscais e Obrigações legais		Trabalhistas		Cíveis
No inicio do exercício	75.404		9.635		295
Constituição / (Reversão)	6.258		4.275		665
Baixa	(53.586)		(4.917)		-
No final do exercício	**28.076**	**(b)**	**8.993**	**(a)**	**960**

(a) vide Nota 25.c e (b) vide Nota 25.b

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é representado por 182.224.529 ações nominativas (164.891.422 em 2015) escriturais e sem valor nominal, sendo 91.773.827 ações ordinárias (82.796.043 em 2015) e 90.450.702 ações preferenciais (82.095.379 em 2015).

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
27/06/2016	92.648	41.691
26/12/2016	95.857	43.136
Total - 2016	**188.505**	**84.827**
26/06/2015	62.047	24.819
28/12/2015	73.971	32.118
Total - 2015	**136.018**	**56.937**

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Notas Explicativas

c) Aumento de capital

Em 28 de dezembro de 2015 foi deliberada proposta pelo Conselho de Administração do aumento de capital no valor de R$ 62.875, aprovado em 07 de março de 2016 pela Administração, correspondente à emissão de 9.106.595 novas ações, sendo 4.719.411 novas ações ordinárias e 4.387.184 novas ações preferenciais, mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 21 de março de 2016.

Em 27 de junho de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R$ 92.648, que representa um valor bruto de R$ 0,5480 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberado também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$ 78.751, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora aprovados, homologado pelo Banco Central do Brasil em 05 de setembro de 2016.

Em 26 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R$ 95.857, que representa um valor bruto de R$ 0,539 por ação ordinária e ação preferencial. Foi deliberada também proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$ 81.479, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora distribuídos ou em moeda corrente nacional.

d) Destinação dos lucros

i) Reserva de lucros - Reserva legal

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2016 apresenta o montante de R$ 20.328 (R$ 18.546 em 2015).

ii) Reserva de lucros - Equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

iii) Reserva de lucros - Recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

Notas Explicativas

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 878.600 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R$ 46.050 equivalente à 4.381.824 ações preferenciais (R$ 53.322 equivalente a 5.127.842 em 2015). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R$ 10,51.

Movimentações das ações em tesouraria:

	2016	2015
No início do exercício	5.127.842	4.252.640
Recompra	878.600	2.129.406
Ações entregues	(1.624.618)	(1.254.204)
No final do exercício	**4.381.824**	**5.127.842**

27. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2016 apurado com base no Conglomerado prudencial é de 17,82% (16,18% em 2015). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 9,88% em 01 de janeiro de 2016 (11,00% até 31 de dezembro de 2015):

	2016	2015
Risco de crédito	1.840.652	1.996.397
Taxas de juros	41.443	70.287
Commodities	16.135	17.843
Ações	27	-
Risco operacional	101.208	85.242
Cambial	2.054	17.891
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**2.001.519**	**2.187.660**
Patrimônio de Referência - PR	**3.612.575**	**3.217.732**
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**1.611.056**	**1.030.072**

Notas Explicativas

28. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O Banco mitigou o montante de R$ 31.170 por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2016 (R$ 2.479 em 31 de dezembro de 2015).

29. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BRGAAP e IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

		2016	2015
Patrimônio líquido em BRGAAP		**2.893.218**	**2.509.659**
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	89.220	89.464
Obrigações legais (ISS)	(c)	-	24.181
Provisões sobre fianças		13.142	8.434
Outros ajustes		(1.459)	2.235
Patrimônio líquido em IFRS		**2.994.121**	**2.633.973**
Lucro líquido em BRGAAP		**406.557**	**370.911**
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	(244)	24.515
Variação cambial sobre investimento no exterior	(b)	4.874	(11.217)
Obrigações legais (ISS)	(c)	(24.180)	2.770
Provisões sobre fianças		4.709	1.578
Lucro líquido em IFRS		**391.716**	**388.557**

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

Notas Explicativas

b) Variação cambial sobre investimento no exterior

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

c) Obrigações legais (ISS)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, tratava-se de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade era objeto de contestação judicial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve uma decisão desfavorável ao Banco ABC Brasil e foi registrada provisão devida a alteração de classificação do risco de perda possível para provável.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras aplicadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS foram aplicados em sua elaboração.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos acionistas do Banco ABC Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

Abordagem de auditoria:

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para a execução de testes dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso lógico a usuários. Também, realizamos procedimentos quanto à efetividade de controles automáticos, considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

2. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2016 o saldo bruto de operações de crédito é de R$ 13.331.329 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R$ 366.812 mil, sendo que durante o ano de 2016 foi reconhecido, pelo Banco, despesa com créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 273.212 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Abordagem de auditoria:

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito e (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recalculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recalculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações relacionadas ao assunto, incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada foram adequadas.

3. Avaliação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados

A avaliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função do grau de complexidade envolvido no processo de precificação que é substancialmente baseado na utilização de julgamentos e estimativas feitos pela administração. Portanto, existe certo grau de incerteza na mensuração, em decorrência de premissas estabelecidas pela Administração para a avaliação determinada.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de títulos e valores mobiliários não cotados é de R$ 1.413.688 mil. Com relação aos instrumentos financeiros derivativos não cotados, o saldo registrado é de R$ 247.825 mil no ativo e de R$ 238.583 mil no passivo. As divulgações do Banco estão incluídas na nota explicativa 8.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela Administração para a precificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos não cotados; (ii) testes dos controles chave, incluindo os controles relacionados a definição e aprovação das premissas a serem utilizadas nos modelos de precificação e a forma pela qual essas premissas alimentam esses modelos.

Adicionalmente realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência através da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes; (ii) com o auxílio de nossos especialistas avaliamos as metodologias e premissas utilizadas através da comparação com modelos e fontes de mercado independentes.

Avaliamos também se as divulgações relacionadas ao assunto, incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada foram adequadas.

4. Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting)

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco possui estrutura de Hedge Accounting para cobertura de riscos decorrentes de variações cambiais de parcelas relativas a dívidas subordinadas e obrigações por repasses no exterior, nos montantes de R$ 877.113 mil e R$ 342.427 mil, respectivamente, que representam aproximadamente 5% do passivo do Banco. Essa área foi considerada significativa em nossa auditoria em função da relevância, da complexidade dos critérios requeridos para a contabilização e por envolver premissas e julgamentos feitos pela Administração na precificação dos itens objetos de Hedge e dos instrumentos financeiros derivativos relacionados. As divulgações da Companhia sobre a estrutura de Hedge Accounting estão incluídas nas notas explicativas 3, 8 12 e 13.

Abordagem de auditoria:

Nossa abordagem incluiu, além de verificação da suficiência na documentação elaborada pela administração do Banco para atendimento requerimentos das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), testes, com base em amostragem e com o auxílio de nossos especialistas, nas estruturas de Hedge Accounting, considerando testes de avaliação das transações e avaliação das premissas e modelagens utilizadas. Também avaliamos o resultado dos testes de efetividade da estrutura de Hedge Accounting documentado pela Administração. Adicionalmente, avaliamos se as divulgações relacionadas ao assunto, incluídas nas notas explicativas anteriormente mencionadas foram adequadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração consolidada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, o Banco ABC Brasil S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo nenhuma modificação, datado de 8 de fevereiro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria do Banco e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016;

São Paulo, 08 de fevereiro de 2017.

Anis Chacur Neto

Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso

Diretor Vice-Presidente Comercial

José Eduardo Cintra Laloni

Diretor Vice-Presidente de Banco de Investimento

Renato Pasqualin Sobrinho

Diretor Vice-Presidente de Risco

Sérgio Lulia Jacob

Diretor Vice-Presidente Internacional e Financeiro

Sérgio Ricardo Borejo

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores

Diretores

Alexandre Yoshiaki Sinzato

Antonio José Nicolini

Antonio Sanchez Junior

Bibiana Veronez

Carlos Alfredo de Melo

César Valdez Mindof

Christian Max Finardi Squassoni

Claudio Rodrigues Tibau

Daniel Credidio Brandão Barbosa de Oliveira

David Tadeu Panico

Dieter Klemz

Fernando Vazquez Fernandez

Gustavo Henrique Tavares Silva Bellon

João Carlos Benites Freneda

José Álvaro Corbet Guimarães

Leila Maria de Carvalho Rocha

Luiz Antonio de Assumpção Neto

Luiz Augusto Galvão Monteiro

Paulo Corrêa de Moraes Junior

Paulo Romagnoli

Ricardo Gentile Rocha

Valeria Fernandes da Silva

Waldecir dos Santos Junior

Wandir Pereira Reis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2017.

Anis Chacur Neto

Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso

Diretor Vice-Presidente Comercial

José Eduardo Cintra Laloni

Diretor Vice-Presidente de Banco de Investimento

Renato Pasqualin Sobrinho

Diretor Vice-Presidente de Risco

Sérgio Lulia Jacob

Diretor Vice-Presidente Internacional e Financeiro

Sérgio Ricardo Borejo

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores

Diretores

Alexandre Yoshiaki Sinzato

Antonio José Nicolini

Antonio Sanchez Junior

Bibiana Veronez

Carlos Alfredo de Melo

César Valdez Mindof

Christian Max Finardi Squassoni

Claudio Rodrigues Tibau

Daniel Credidio Brandão Barbosa de Oliveira

David Tadeu Panico

Dieter Klemz

Fernando Vazquez Fernandez

Gustavo Henrique Tavares Silva Bellon

João Carlos Benites Freneda

José Álvaro Corbet Guimarães

Leila Maria de Carvalho Rocha

Luiz Antonio de Assumpção Neto

Luiz Augusto Galvão Monteiro

Paulo Corrêa de Moraes Junior

Paulo Romagnoli

Ricardo Gentile Rocha

Valeria Fernandes da Silva

Waldecir dos Santos Junior

Wandir Pereira Reis

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Apresentação dos saldos consolidados.